

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Oziel Rodrigues de Freitas

**GOVERNANÇA DE *STAKEHOLDERS* E SUA INFLUÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Santa Maria, RS
2022

Oziel Rodrigues de Freitas

**GOVERNANÇA DE *STAKEHOLDERS* E SUA INFLUÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Administração Pública**

Orientador: Prof.^a Dr.^a Greici Sarturi

Santa Maria, RS
2022

Rodrigues de Freitas, Oziel
GOVERNANÇA DE STAKEHOLDERS E SUA INFLUÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL / Oziel Rodrigues de Freitas.-2022.
91 p.; 30 cm

Orientadora: Greici Sarturi
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de
Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Administração
Pública, RS, 2022

1. Governança Pública 2. Stakeholders 3. Desenvolvimento Local I.
Sarturi, Greici II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

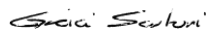
Declaro, OZIEL RODRIGUES DE FREITAS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

OZIEL RODRIGUES DE FREITAS


**GOVERNANÇA DE STAKEHOLDERS E SUA INFLUÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Administração Pública**

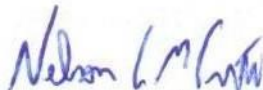
Aprovado em 6 de abril de 2022:



Greici Sarturi, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Ana Claudia Azevedo, Dra. (UFV)



Nelson Guilherme Machado Pinto, Dr. (UFSM)

**Santa Maria, RS
2022**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder saúde e sabedoria para seguir sempre em frente, obrigado por ser a minha força e o meu guia em todos os momentos. A ti, Senhor, toda honra e toda a glória.

À minha mãe Eliane e minha avó Solange, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida. Por acreditarem em mim, e não medirem esforços para a concretização dos meus sonhos. Também quero externar também meus agradecimentos a minha linda esposa Joyce dos Santos Vieira Rodrigues, por acreditar na minha vocação, por me amar muito, por compreender a minha ausência e principalmente por sonhar meus sonhos, te amo.

Aos meus amigos (Fabiene, Lidiane, Dalciomar, Renata e Ezequiel), que Deus colocou em meu caminho, que mesmo em meio a distância, sempre se fizeram presentes na minha vida e estarão sempre em meu coração. Obrigado pelo companheirismo, apoio e amizade incondicional, principalmente nos trabalhos do mestrado.

Por fim, quero agradecer a minha orientadora Prof.^a Doutora Greici Sarturi, pela sua disponibilidade e incentivos que foram fundamentais para realizar e assim prosseguir com este estudo. Saliento o apoio incondicional prestado, a forma interessada, extraordinária e pertinente como acompanhou a realização deste trabalho, as suas críticas construtivas, as discussões e reflexões foram fundamentais ao longo do mestrado. Grato por todo o ensinamento.

RESUMO

GOVERNANÇA DE *STAKEHOLDERS* E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

AUTOR: Oziel Rodrigues de Freitas

ORIENTADORA: Greici Sarturi

A governança tem sido indispensável para o bom desenvolvimento da sociedade contemporânea e tem o propósito de aproximar os *stakeholders* a fim de formar ideias para tomadas de decisões, contribuindo assim com o desenvolvimento local. No entanto, percebe-se uma necessidade de investigar mais profundamente a relação entre as temáticas de governança pública e *stakeholders* na busca de um desenvolvimento. Desta forma, o estudo contribui para mensurar e concretizar as dimensões de governança pública e desenvolvimento local. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a relação entre a governança de *stakeholder* e o desenvolvimento local nos municípios do Rio Grande do Sul (RS). A população analisada foram de conselheiros dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - RS (COREDE) e Secretários Municipais. Foram enviados 570 respondentes entre secretários dos municípios do RS e conselheiros do COREDE, tendo uma devolutiva de 142 respostas dos questionários enviados, sendo, que se obteve uma devolutiva de 60 respondentes do executivo, 70 respondentes da sociedade civil e 8 respondentes do legislativo. Para análise dos dados foram utilizadas as seguinte técnicas estatísticas (Análise Descritiva, Analise Fatorial e Regressão), analise fatorial nesta pesquisa foi para evidenciar os fatores predentido e regressão foi para correlacionar os fatores estudados . para a mineração dos dados deu-se por meio do software SPSS 20.0@. Como resultado desta pesquisa encontrou alguns panoramas Pode-se concluir, que para haver um Desenvolvimento Local pleno é necessário se ter uma Governança Responsável, Governança Participativa, Governança Transparente (publicidade), Governança - *Stakeholders* e uma Governança Inclusiva.

Palavras-chave: Governança Pública. *Stakeholders*. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

STAKEHOLDERS GOVERNANCE AND ITS INFLUENCE ON LOCAL DEVELOPMENT

AUTOR: Oziel Rodrigues de Freitas

ORIENTADORA: Greici Sarturi

Governance has been indispensable for the good development of contemporary society and has the purpose of bringing *stakeholders* together in order to form ideas for decision-making, thus contributing to local development. However, there is a need to investigate more deeply the relationship between public governance issues and *stakeholders* in the pursuit of development. In this way, the study contributes to measuring and concretizing the dimensions of public governance and local development. Thus, the objective of this study was to analyze the relationship between *stakeholder* governance and local development in the municipalities of Rio Grande do Sul (RS). The population analyzed consisted of counselors from the Regional Development Councils - RS (COREDE) and Municipal Secretaries. 570 respondents were sent between secretaries of the municipalities of RS and councilors of COREDE, with a return of 142 responses to the questionnaires sent, being that a return was obtained from 60 respondents from the executive, 70 respondents from civil society and 8 respondents from the legislature. For data analysis, the following statistical techniques were used (Descriptive Analysis, Factor Analysis and Regression), factorial analysis in this research was to highlight the predicted factors and regression was to correlate the factors studied. for data mining, it was done using SPSS 20.0® software. As a result of this research found some panoramas It can be concluded that in order to have a full Local Development it is necessary to have a Responsible Governance, Participatory Governance, Transparent Governance (advertising), Governance - *Stakeholders* and an Inclusive Governance.

Keywords: Public Governance. *Stakeholders*. Local Development.

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2	Objetivo GERAL.....	10
1.2.1	Objetivos Específicos	10
1.3	Justificativa.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	GOVERNANÇA	13
2.2	GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO	15
2.3	GERENCIAMENTO DE <i>STAKEHOLDERS</i>	20
2.4	DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL.....	22
3	MÉTODO	27
3.1	AMBIENTE DO ESTUDO	28
3.2	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	30
3.2.1	Pré-teste das questões do questionário	31
3.2.2	Escala likert	31
3.3	VARIÁVEIS DO ESTUDO	32
3.3.	Variáveis independentes	32
3.4	Variáveis dependentes	35
3.4.1	Variáveis de Perfil da amostra.....	36
3.5	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
3.5.1	Fatorial	37
3.5.2	Regressão	38
4	RESULTADO E DISCUSSÕES	40
4.1	ESTATÍSTICA DESCRITIVA	40
4.2	ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA DOS CONSTRUTOS.....	42
4.3	REGRESSÃO.....	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a governança tem sido incorporada no setor público com a intenção de trazer algumas ideias estruturais como a participação dos cidadãos, engajamentos dos *stakeholders* relacionados com a organização. Assim, a governança tem sido indispensável para o bom desenvolvimento da sociedade contemporânea e tem o propósito de aproximar os indivíduos a fim de formar ideias para tomadas de decisões. A governança está sendo considerada uma das principais estratégias de gerenciamento, podendo ser aplicada em diversas áreas de uma organização, sendo está uma peça fundamental nas tomadas de decisões, assim como também minimiza o embate de interesses. Portanto, esse termo vem sendo cada vez mais utilizado para diminuir as distâncias entre os *stakeholders* e para possibilitar um bem-estar coletivo (HITT, IRELAND E HOSKISSON, 2012; BOVAIRD, 2003).

Nesse cenário, a governança entra na administração pública como uma aliada na reforma estatal de modo que o Estado seja menos burocrático e mais gerencial e funcional. A partir dos anos 90 foi possível observar uma estruturação do Estado com o intuito de torná-lo mais orientado para as ações fiscais, sociais e com o propósito de concretizar a relação entre Estado e sociedade (RAQUEL, 2012; SOUZA, 2018).

Sabendo disto, com o crescente avanço da governança pública, é possível refletir sobre as direções que essa nova ferramenta pode seguir dentro de uma organização. Vale destacar que, independentemente da direção que esse modelo vier a seguir, é possível observar o impacto que há nas estruturas das instituições, principalmente, na dinâmica organizacional. De forma mais direta, estruturalmente, a governança pública sempre esteve em discussão e ganhou maior destaque devido à transferência do poder do Estado para redes políticas e hierarquias, tornando o Estado como coordenador das ações. Sendo assim, o foco principal desse modelo está na cooperação e na interação que se dá entre os atores sociopolíticos (PIERRE; PETERS, 2000; KOOIMAN, 2003; RHODES, 2010).

Por consequência, um movimento baseado na participação da sociedade, no envolvimento de criação de políticas públicas, com uma proposta de fortalecimento da administração pública, a partir das ideias de inclusão da sociedade civil e das comunidades locais, passaram a ser pauta para os gestores (DIAS, 2014). Em vista disso, nos últimos anos, começou um grande debate nas ciências sociais, presumindo que a participação da sociedade civil e demais *stakeholders* podem formar uma importante opção a ser considerada na busca por melhores soluções para as questões de cunho coletivo social. Portanto, a presença da sociedade civil e dos demais *stakeholders* pode ser uma alternativa de alavancar o governo para

níveis de desenvolvimento, adicionalmente é uma forma de inserir algum senso de responsabilidade coletiva (PIERRE; PETERS, 2000; DIAS, 2014).

Ao se argumentar, sobre governança que impacta no desenvolvimento local, é necessária uma administração pública capaz de construir canais de participação na gestão, com diversos níveis de representatividade e legitimidade com a finalidade de criar um ambiente de controle social. Conforme o que foi dito anteriormente, uma gestão que foca em uma governança eficaz constrói um governo que prioriza o desenvolvimento de sua região com intuito de potencializar os recursos que a mesma oferece (OSBORNE, 2009, 2010; GURGEL, 2013)

Ao mencionar sobre governança e desenvolvimento local, alguns autores descrevem que as ações dos agentes envolvidos na implementação do desenvolvimento local devem estar em consonância com os movimentos de participação dos *stakeholders* externos, com a intenção de abrir espaço para que haja promoção de uma governança participativa e que impacte diretamente no desenvolvimento local (GUERREIRO et al. 2009).

O primeiro caminho está ligado diretamente a *New Public Management* (NPM), onde envolve diversos *stakeholders* e seu foco está voltado apenas aos resultados, sem garantir determinados processos democráticos (DIAS, 2014). O segundo caminho está direcionado ao envolvimento de multi-*stakeholders* sociais, esse caminho possibilita diversas ações descentralizadoras, ajuda na governança pública e delinea trilhos que auxiliam na relação entre Estado, mercado e sociedade civil organizada (BEVIR, 2010).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com a evolução e com os avanços tecnológicos, a administração pública precisou se adaptar as transformações econômicas e sociais em seus setores. Conforme alguns autores explanam, o modelo gerencial não aboliu o modelo burocrático, porém se optou por esse modelo para tentar melhorar a administração pública e torná-la mais eficaz e participativa (TEIXEIRA, 2019).

Neste sentido, algumas práticas e mecanismos de governança precisam ser colocados em ação, conforme Oliveira et al. (2019) propõem identificar métodos que auxiliem os órgãos públicos, inserindo dimensões e indicadores de governança nas ações de desenvolvimento em determinada localidade com a finalidade de compreender e mensurar as ações dos gestores e *stakeholders* envolvidos. Fonseca (2018) argumenta que é necessário desenvolver instrumentos e estudos de governança envolvendo *stakeholders* que contribuam para que as iniciativas

participativas não sejam apenas peças de uma retórica, mas soluções empiricamente viáveis para determinada localidade.

Partindo desse pressuposto, torna-se interessante analisar as questões relativas à institucionalização da participação cidadã, bem como as suas ligações e impactos nos resultados das políticas públicas. Outro aspecto fundamental a ser explorado se relaciona a discussão sobre a efetividade dos órgãos locais e seus *stakeholders*, inclusive as implicações na eficácia da ação governamental a nível local. Dessa forma, deve-se avaliar em que medida a Governança de *Stakeholders* favorece as relações políticas e de que forma isso impacta no desenvolvimento (ALVES, 2017; OLIVEIRA, 2019).

Emerson (2005) diz que é necessário criar instrumentos de governança que ajudem os gestores a identificar estratégias, criando oportunidades de colaboração, criando assim o valor público e, ao mesmo tempo, minimizando os problemas e conflitos entre os *stakeholders* internos e externos. Seguindo na mesma linha de raciocínio, Mateu (2015) expressa que é necessário analisar quais os critérios de governança que os agentes públicos estão aderindo para as tomadas de decisões dentro das organizações. Maestre (2018), em um dos seus artigos, disserta que é necessário estudar como a governança é empregada na relação público-privada e, contendo diversos *stakeholders* sociais, quais as implicações que essa parceria causa no ambiente organizacional e quais implicações gera para a sociedade local.

Por esse motivo, outros fatores foram investigados, tais como a como a qualificação da gestão pública municipal, governança e o Desenvolvimento local, o que pode ser uma alternativa estratégica a ser fomentada pelo COREDE e pela associação dos municípios.

Neste contexto, essa dissertação buscou analisar a relação entre a governança de *stakeholders* e o desenvolvimento local. Tendo por base essas premissas, o presente estudo buscou responder a seguinte questão: Qual a relação entre governança de *stakeholder* e desenvolvimento local nos municípios do Rio do Grande do Sul?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre governança de *stakeholder* e desenvolvimento local.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Levantar na literatura os indicadores de Governança de *stakeholders*
- Levantar na literatura os indicadores de desenvolvimento local;
- Identificar as principais dimensões da governança de *stakeholder* e desenvolvimento local;

- Analisar o efeito das dimensões de governança de *stakeholders* no desenvolvimento local

1.3 Justificativa

A escolha do tema justificou-se pelo fato de que este assunto cada vez mais está ganhando espaço nos ambientes acadêmicos. Desse modo, esse trabalho ajudou no aumento literário sobre governança e desenvolvimento e possibilitou assim obter instrumentos concretos para mensurar a governança correlacionada ao desenvolvimento local. Conforme Oliveira (2019) descreve, a expansão dessa temática pode ser útil para criação de novas políticas públicas. A escolha do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), e deu pelo fato de que o COREDE é um modelo descentralizador de governança no Estado.

Gurgel (2013) descreve que é necessário a criação de estratégias que auxiliem nas políticas públicas, principalmente criando um espaço democrático que possibilite a participação da sociedade. Portanto, esse estudo teve como propósito concretizar os princípios de governança, levantar os indicadores de desenvolvimento com a finalidade de efetivar participação social.

Barbosa (2018) discorre que existe uma necessidade de elaborar e analisar as dimensões de governança, desenvolvimento, visando mensurar a existência de uma possível correlação entre a adoção desses indicadores. Sendo assim, a relevância desse estudo está na contribuição, também como um subsídio a gestão públicas dos municípios do Rio Grande do Sul, para que possa atender com mais eficiência as reivindicações dos cidadãos.

Sob essa narrativa, o trabalho, numa visão acadêmica, possibilitou pesquisas futuras acerca da temática governança e desenvolvimento local, com isso pode-se criar um ambiente de debates que resultará em outros índices e mecanismos para mensurar o desenvolvimento e a governança. Por fim, para a sociedade, esse trabalho voltou como um instrumento de mensuração das ações, que pode ser utilizado como parâmetro para fiscalizar, monitorar e participar das ações relacionadas à governança pública. Sendo assim, identificou instrumentos eficazes de governança para monitoramento e fiscalização de diversas ações, e conseqüentemente desse modo facilitou e aprimorou diversas políticas de desenvolvimento (PALVARINI, 2010)

Os resultados desta pesquisa, ajudou a administração pública a identificar fatores concretos para governança pública, principalmente para propagação essa temática, uma vez que no setor público, os instrumentos de mensuração são complexos porque há tantos *stakeholders*

(sociedade) que é difícil mensurar suas metas, desta maneira esta pesquisa buscou fortalecer os mecanismos existentes para não criar mais índices que venham dificultar o entendimento de governança (OLIVEIRA, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção foram abordados alguns aspectos de Governança no Setor Público e suas principais teorias e foram abordadas as temáticas de Governança e *stakeholders*.

2.1 GOVERNANÇA

Com surgimento da teoria da agência com os diversos debates sobre o meio organizacional, a governança foi desenvolvida como um conjunto de regras e normas destinadas a regular o indivíduo ou um grupo dentro de uma organização (OSTROM, 2007; EMERSON, 2011). Bingham e Gerard (2006) descrevem a governança como sendo uma forma de orientar os gestores nos processos de tomada de decisão dentro de uma organização. Sendo assim, Bryson e Crosby (2006) conceituam governança como sendo um conjunto de coordenação, monitoramento de atividades que permitem a continuidade da colaboração e parceria dentro de uma organização (OSTROM, 2007; EMERSON, 2011).

Kjaer (2004) escreve que a palavra governança teve suas origens no verbo grego “*kubernân*” (pilotar ou conduzir) e foi citada por Platão para se referir a um sistema de regras, o ato de governar, ou seja, a disposição em governar, não seria levado em conta apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas também pela forma em que o governo exerce o poder sobre a sociedade. Desta forma, Diniz (1997) relata que o termo governança ressurgiu com maior ênfase a partir dos estudos do Banco Mundial, com intuito de obter um aprofundamento acerca da situação que garante que um Estado seja eficiente. Teixeira e Gomes (2019) contribuem com essa ideia e descrevem que a governança surgiu para diminuir as distâncias entre os proprietários de determinada organização e seus gestores, com objetivos de aliar métodos e estratégias para que esses atores possam estabelecer uma relação benéfica para poder dirigir, monitorar ou controlar as ações da organização para atingir um resultado eficaz.

Rhodes (1996) denomina governança como um difícil processo de tomada de decisão que antecipa as estratégias institucionais que venham a ser tomadas. Essas definições vêm para fundamentar as afirmações de Peters (1998), as quais dizem que a popularidade do termo se dá pelo fato de abranger uma gama de conceitos e percepções e, por conta disso, poder ser envolvido em diversos processos organizacionais. Neste sentido, alguns estudiosos tendem a definir governança como uma função da auto-organização que tem como meta normatizar instrumentos estratégicos. Essas definições tendem a associar governança a processos auto-organizados da sociedade civil para buscar a eficiência plena (JESSOP, 1998, 2002; KLIJN, 2008; ANSELL, 2017).

Neste seguimento Hitt, Ireland e Hoskisson (2012) descrevem que a governança é tida como uma das mais avançadas técnicas de gerenciamento estratégico, podendo ser usada em diversas áreas organizacionais, inclusive no setor público, uma vez que garante uma maior eficiência nas tomadas de decisões, bem como minimiza os conflitos de interesses das partes interessadas. Bresser-Pereira (1998) também argumenta que a governança é a habilidade monetária e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas. Neste sentido, a governança seria uma peculiaridade do Estado como um todo, resultante da interação entre Estado e Sociedade na implantação de ações sociais e econômicas.

A governança geral por sua vez, surgiu das teorias da governança corporativa. Fiorini (2016) destacou que a governança corporativa traz inúmeras regras e tarefas com as quais as empresas e organizações devem operar, com propósito de estabelecer uma relação amigável com os acionistas e os altos executivos das empresas. Neste contexto, esse novo conceito busca identificar diversas formas de garantir as melhores tomadas de decisões sem perder a essência e o foco das organizações.

A governança corporativa é um conjunto de práticas que têm como meta otimizar a performance de uma organização, fazendo com que os investidores, empregados e credores obtenham um capital esperado. Portanto, entende-se que a governança corporativa é um conjunto de métodos utilizados para administrar, manter um bom vínculo entre os acionistas a fim de controlar a direção estratégica em que as organizações devem seguir para se ter um desempenho favorável a todos (SILVA, 2012; LOBATO, 2015).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) descreveu governança corporativa como sendo um sistema onde as organizações são monitoradas, incentivadas e dirigidas para ter um bom desenvolvimento a fim de que os *stakeholders* tenham uma certa lucratividade. As boas práticas de governança convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com o propósito de manter e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização (OLIVEIRA, 2020).

Como pode-se observar, existem vários conceitos de governança corporativa para se referir a esse tema. Porém, governança corporativa, em linhas gerais, pode ser definida como sendo um conjunto de mecanismos com propósito de fazer com que as deliberações corporativas sejam sempre tomadas com intuito de maximizar a formação de valor a longo prazo dentro da organização, para que os *stakeholders* sejam todos atendidos (SILVEIRA, 2010)

2.2 GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

A governança pública, no entanto, entra em um cenário estratégico através de uma corrente de gestão modernizada que encontra seus princípios no gerencialismo. Entre as décadas de 80 e 90, foram norteadas algumas iniciativas em direção ao modelo de estratégia, devido ao descontentamento da população mediante as práticas que vinham sendo adotadas (BOVAIRD; LOFFLER, 2003; OLIVEIRA, 2020). Pisa (2014) descreve que a temática relacionada a governança no setor público ganhou expansão em virtude da não participação dos cidadãos nos processos decisórios e, principalmente, a busca eficiente na qualidade da gestão em relação ao atendimento dos cidadãos. Scolforo (2013) menciona que a governança pública surge através do descontentamento e insatisfação com o modelo gerencial.

Kissler e Heidemann (2006) expressam essa narrativa quando descrevem que a insatisfação social e a modernização praticada até então permitiram o surgimento de um novo modelo denominado *public governance*. Neste sentido o estopim para a adoção da governança nos ambientes públicos foi a falta de confiança em relação a coparticipação estabelecida entre o setor público e o privado, a insatisfação da população nas tomadas de decisão. Estes foram pontos cruciais na busca por uma mudança, deixando claro que a administração pública não deveria ser apontada somente com base na excelência dos serviços prestados, mas também pela forma que exerceria seus compromissos políticos, ambientais e sociais.

A governança pública é estimulada pela administração pública gerencial e, portanto, traz consigo aspectos do modelo. Os movimentos impulsionados pelo modelo gerencial estão agregados às reformas administrativas que pretendem diminuir os efeitos da administração pública burocrática e sua inflexibilidade, ao incentivar a adoção de dispositivos e a descentralização que possa auxiliar a melhora dos serviços públicos (SECCHI 2009; OLIVEIRA 2020).

Desta maneira, diz que a governança pública é um método arrojado que consiste no desenvolvimento político através da correlação entre a sociedade civil, Estado e o governo na busca de gerar resultados eficientes dentro de uma organização. Sendo assim, a governança pública é a maneira como o poder é exercido na gerência dos recursos econômicos e sociais de um país com propósito de um desenvolvimento eficaz (BRESSER-PEREIRA, 2001; SLOMSKI, 2008; BARBOSA, 2018). A governança pode ser compreendida como sendo o conjunto que estabelece o equilíbrio de poder entre todas as partes de uma organização – governantes, gestores, servidores e sociedade, com o propósito de que prepondere a vontade da maioria dos envolvidos (MATIAS-PEREIRA, 2010). Alguns estudiosos como Osborne (2010),

alegam que as teorias clássicas da administração pública, baseadas nos pensamentos (weberiano) e a *New Public Management*, baseadas nos dogmas do (gerencialismo), fracassaram em dar conta da complexa temática. Por causa disso, é necessário questionar se há uma necessidade de um novo paradigma que avance numa compreensão mais rebuscada acerca da governança e das políticas públicas que estão relacionadas à administração pública. (OSBORNE 2010)

Nesta perspectiva, surgiu um questionamento: será que a Governança Pública se tornou um novo paradigma a fornecer um entendimento adequado sobre as lacunas estratégicas que existem dentro das organizações (OSBORNE, 2010; SOUZA, 2018)? Para responder este questionamento, Marcelli (2013) expressa que o setor público demonstra uma pluralidade organizacional em sua estrutura administrativa, isso exige a necessidade de criar novos modelos de governança para que as organizações atinjam suas metas com maior eficiência (BARBOSA, 2018). Já para Pacheco (2012), é necessário fortalecer os mecanismos existentes para não criar mais índices que venham a dificultar o entendimento de governança.

Sendo assim, Ibanhes et al. (2017) descrevem governança através do seu escopo amplo, tornando uma ferramenta analítica que possibilita entender os principais aspectos da interação de determinados *stakeholders*. Numa visão empresarial (privado), governança representa uma vasta gama de princípios básicos que propõem aumentar a efetividade de controle por parte dos *stakeholders* sobre as organizações (OLIVEIRA, 2020). Porém, no âmbito público, Matias-Pereira (2010b) argumenta que, para haver uma boa governança no setor público, deve ter uma participação dinâmica entre os *stakeholders* envolvidos: gestores, órgãos de controle e, principalmente, a presença da sociedade organizada. Porém, para isso acontecer, é necessário entender as práticas de uma gestão compartilhada de processos decisórios que se dirigem a partir da consonância de uma dada rede de *stakeholders*. (MATIAS-PEREIRA, 2010b)

Lynn (2010) levanta dois questionamentos diferentes para definir governança. Um deles olha o governo e a organização predestinada ao lucro, embora isso não seja uma regra. Outro enfoque é direcionado para a “nova governança”, que tem seu fortalecimento societal através dos *stakeholders* não-governamentais, tornando assim, a participação da sociedade civil mais efetiva nas tomadas de decisões. Neste contexto, o termo “boa governança”, foi criado pelo Banco Mundial com propósito de mensurar estratégias e criar indicadores para disseminar as boas práticas de políticas públicas fundamentadas, principalmente, em elencar as instituições e publicitar suas principais ações a fim de conseguir parcerias para implementar as políticas públicas (KAUFMANN, KRAAY E MASTRUZZI, 2006).

Kissler e Heidemann (2006) afirmam que o setor público possui uma função de grande valia para a sociedade, a governança, por sua vez, auxilia para o bom andamento das ações e, principalmente, direciona os recursos públicos para o lugar adequado. Dessa forma, a governança, no setor público envolve ações em conjunto, levada de maneira eficaz, transparente e compartilhada pelo Estado, organizações parceiras e sociedade civil. Neste sentido, a governança é um instrumento eficaz para mensurar a transparência, corrupção, responsabilidades, ineficiência no uso dos recursos público e controle dos gestores públicos, no caso, o chefe do executivo local/regional (LÖFFER, 2001).

Sauerbronn (2017) expressa que a governança é resultado de um conjunto de processos estratégicos onde estão as principais ações organizacionais e suas influências e seus objetivos como instituições, sendo assim, esse modelo envolve todos os principais *stakeholders*, os mecanismos e alguns princípios fundamentais que auxiliam na governança pública. Santos, Pinheiro e Queiroz (2014) compreendem que as melhores práticas de governança na administração pública, ajudarão a sociedade a realizar um controle social mais intenso, a fim de cobrar os agentes públicos para agir de acordo com os anseios da coletividade. Sendo assim, Ferreira (2018) descreve que a administração pública possibilitará novas estruturas que passam a alinhar o papel da sociedade civil organizada, dentro das estruturas que estão comprometidas com as reivindicações de demandas da sociedade.

Desta maneira, o TCU e o autor Bovaird elencou alguns princípios para efetivação da boa governança, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1: Princípio de Governança Pública

PRINCÍPIOS	DEFINIÇÕES
Legalidade	A legalidade é um conceito jurídico que parte dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos e determina que não há crime se não houver previsão legal (BRASIL, 2012; LIMA, 2017).
Equidade	Esse princípio tem a função de garantir certas condições para que todos atinjam seus direitos civis e criar um ambiente de justiça entre os envolvidos através da liberdade de expressão, acesso à informação, igualdade entre gênero e acesso às políticas públicas sociais (BRASIL, 2010c; LIMA, 2017).
Responsabilidade	Esse princípio está ligado aos compromissos que gestores/administradores devem ter pela sustentabilidade das organizações públicas com intuito de fazer duradoura suas ações (IBGC, 2010).
Eficiência	A capacidade de executar uma tarefa ou trabalho de forma eficiente com o mínimo de desperdício; produtividade. A inclinação ou capacidade de ser eficaz; a capacidade de realizar ou desenvolver algo que demonstre eficácia; potência. BRASIL, 2010c; LIMA, 2017).
Probidade	Está relacionado ao dever do servidor público de se mostrar probo, zelar pelas regras e procedimentos dos órgãos, saber administrar e valorizar os bens públicos. Em suma, refere-se à obrigação que os agentes públicos têm em demonstrar o quanto são justos e dignos de confiança (IFAC, 2013).
Transparência	Possibilita acesso a todas as informações das organizações públicas, portanto, esse princípio se torna um aliado da sociedade na fiscalização e controle do Estado em suas ações (TCU, 2014)
Accountability	Esse termo refere-se à obrigação que as organizações públicas têm de prestação de contas sobre bens, recursos por elas utilizados, incluindo também a responsabilidade de aplicar e gerir o dinheiro público adequadamente (BRASIL, 2011; TCU, 2014)

<p>A agenda de igualdade e inclusão social (gênero, etnia, idade, religião,</p>	<p>A formulação de uma agenda de igualdade e inclusão social vem com um desafio imenso pelo fato de que os gestores precisam enfrentar diversas barreiras étnicas culturais, que demandam um esforço para fazer com a gestão pública seja eficaz e capaz de acelerar os investimentos públicos e principalmente intensificar as políticas públicas sociais para que haja um desenvolvimento regional local pleno (DIAS, 2018).</p>
<p>Comportamento ético e honesto</p>	<p>Este tópico expressa como os agentes públicos devem agir para que a governança seja plena dentro de um determinado ambiente, Lopes (2018), descreve que os comportamentos éticos e honesto devem ser uma característica permanente na conduta do servidor público para que possa administração bem as coisas públicas (SOUZA, 2002; CAVA, 2018).</p>
<p>Capacidade de competir em um ambiente global,</p>	<p>Capacidade de competição quando se refere ao setor público está relacionada as ações governamentais para gerar uma prosperidade econômica em comparação alguns países. Essa capacidade econômica só acontece quando se tem políticas públicas capazes de incentivar organizações de diversos setores da sociedade civil (DIMA, 2018)</p>
<p>Participação Cidadã</p>	<p>A participação cidadã é um pilar fundamental da democracia, e seu objetivo é envolver os cidadãos ativamente no processo de tomada de decisão pública. Na democracia vislumbrada no século XXI, a participação democrática do povo não pode mais se limitar à eleição de seus representantes .(LILLEKER E KOC-MICHALSKA, 2016)</p>
<p>Capacidade de trabalhar com eficácia em parceria</p>	<p>O enfoque desta dimensão é trabalhar as parcerias como instrumentos de eficácia, conforme Osborne (2009) descreve que essas parcerias podem trazer benefícios para a organização no que se refere a prestação de serviço. E a maiorias dessas parcerias acontece entre o setor pública e o setor privado, porque conforme Araújo e Silvestre (2014), as PPPs apresentam diversas formas administrativas que aumentam a eficácia e qualidade e ao mesmo tempo tem um baixo custo para os cofres públicos.</p>

Fonte: adaptado do TCU (2014); BAVAIRD (2003); FREEMAN (1984;2010)

Sendo assim, Ronconi (2008) enfatiza que a governança, como administração pública gerencial, dedica-se apenas à assuntos econômicos e administrativos, por sua vez a governança não está condicionada somente a isso, mas está alicerçada na participação, deliberação e da democracia, fazendo com que ações sejam voltadas para a sociedade. Sabendo dessas prerrogativas, surgem diversas teorias que auxiliam a governança pública a ser melhor explicada. A autora considera ainda que a Governança Pública, como sendo uma nova geração de reformas administrativas do Estado, nessa ocasião, as empresas, governo e sociedade civil, aperfeiçoa os processos de coprodução e cogestão do social, priorizando a participação ativa popular com propósito de inclusão cidadã e, principalmente, forma uma rede colaborativa entre os *stakeholders*.

2.3 GERENCIAMENTO DE *STAKEHOLDERS*

O conceito de gestão de *Stakeholders* sugerido por Freeman (1984) está relacionado ao tratamento que a empresa dá a seus *stakeholders* que estão envolvidos dentro da organização. Esse conceito se tornou evidente em 1984, através da obra denominada *Strategic Management: a stakeholder approach*. A partir desta obra, o autor colocou essa nova temática em destaque (FREEMAN, 1999). Nesta obra, o autor definiu que os *stakeholders* são atores ou grupos de atores que podem afetar ou serem afetados pela empresa para alcançarem seus objetivos (FREEMAN, 1984; SARTURI et al. 2018). Do ponto de vista teórico, os gestores devem ser responsáveis pelo bem-estar dos diversos atores afetados pelas decisões e ações da empresa, não apenas pela maximização do valor aos acionistas (CRAGG E GREENBAUM, 2002; PHILLIPS, FREEMAN E WICKS, 2003). Desta forma, para a teoria dos *stakeholders*, o intuito de uma empresa é servir de canal para que as reivindicações/interesses dos *stakeholders* sejam atendidas.

A teoria dos *stakeholders* surgiu através de Freeman com a intenção de repensar o conceito de gestão estratégica e assim se concentrar na aliança de interesses internos e externos que rodeiam a organização. De acordo com essa visão, os gestores devem focar em equilibrar

a satisfação e interesses dos diversos *stakeholders* com interesses da organização (FREEMAN, 1984; NETO FRANCO, 2019)

Para Clarkson (1995), os *stakeholders* são pessoas ou grupos que têm suas petições, reivindicações, direitos colocados em pauta em uma organização e essas reivindicações podem afetar os *stakeholders* ou a própria organização. Nesta mesma linha de raciocínio, Donaldson e Preston (1995) expressam que os *stakeholders* são indivíduos ou grupos que detêm interesses congruentes ou incongruentes e legítimos em relação à organização de suas atividades processuais. São eles: gestores, empregados, gerentes e outros atores que têm contratos legais com a organização.

Nesta perspectiva o envolvimento dos *stakeholders* é fundamental dentro do setor público, porque auxilia na criação de diversas atividades e na tomada de decisão que pode culminar em diversas políticas e ações benéficas para a sociedade (AALTONEN et al. 2010; ANSELL, 2012). Pensa-se que a troca informações e o compartilhamento de experiências negativas e positivas entre *stakeholders* no setor público facilita alcançar diversos benefícios dentro de determinados órgãos, principalmente com a meta de construir laços de confiabilidade, criando uma base sólida de relacionamento que fornece uma possibilidade de desenvolver diversas ações pública que atende as necessidades dos cidadãos (SORENSEN E TORFNG, 2012), governança pública e *stakeholders*.

A teoria dos *stakeholders* foi desenvolvida para explicar o envolvimento dos atores dentro de uma organização (FREEMAN, 1984; PHILLIPS, FREEMAN, E WICKS, 2003) com o propósito de refletir como funciona e teorizar sobre como se deve gerenciar esses atores. No entanto, com o passar do tempo, essa teoria foi se expandindo e abrangendo diversas narrativas. Assim, se tornou uma fonte poderosa para entender como as pessoas se reúnem para cooperar e criar valores em uma ampla variedade de ambientes (WICKS et al. 2019).

Neste contexto, umas das teorias que se relaciona com a teoria supracitada é a governança. No início dos estudos foi feita uma pesquisa através da governança corporativa (WICKS et al. 2019). Esta teoria tem leis, regras e sistemas de fatores que controlam certos comportamentos dentro da organização (GILLAN E, STARKS, 2003). Desta forma, alguns estudiosos da temática começaram a explorar esse novo conceito com o intuito de atingir um número expressivo de organizações para que possam operar com eficiência e eficácia. A governança corporativa está sujeita às regras que lhe são impostas por legisladores e reguladores, no resultado usam a teoria dos *stakeholders* como ferramentas para descrever diferentes sistemas de governança corporativa e também informar suas reivindicações dentro da organização (WICKS et al. 2019). No contexto da governança pública é necessário

compreender quais os principais elementos podem contribuir para esse novo conceito dentro da administração pública, ou seja, quais são as partes interessadas no processo da gestão pública (FERREIRA, 2018).

Com a expansão da governança pública, outros conceitos foram incorporados a esta teoria, e um desses conceitos foi o de *stakeholders* na gestão pública (CABRAL; FERNANDES; RIBEIRO, 2016). Estes atores estão cada vez mais envolvidos com os processos das organizações públicas, isso ajuda formular ações voltadas ao bem-estar social. Dessa maneira, a tendência é melhorar a implementação de novas políticas públicas (FERREIRA, 2018). Conforme Braga e Gomes (2016), as políticas públicas são essenciais nos atendimentos das demandas da sociedade por parte do Estado, tornando-se desse modo um agente que satisfaz os anseios dos cidadãos. Para tornar as políticas mais eficazes, é necessário a participação efetiva dos *stakeholders*.

Desta forma, a interação desses *stakeholders* pode trazer uma gestão mais democrática e descentralizada dando maneiras para que as políticas públicas se estabeleçam, fazendo com os cidadãos participem e assim trazendo o desenvolvimento para sua região (TENÓRIO, 2008). Assim a interação dos *stakeholders* aliados a gestão social, possibilita a diminuição da corrupção e isso faz com que o desenvolvimento local seja pleno e eficaz (TENÓRIO, 2008; ALLEBRANDT, 2019).

2.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL

O tema desenvolvimento sempre foi de suma importância na literatura, já apareceu entre os economistas clássicos que se preocupam com a qualidade de vida da população e não apenas com o crescimento (DALLABRIDA, 2011). Nesta perspectiva, o desenvolvimento local refere-se às mudanças que ocorrem em um município ou distrito, ainda assim, de acordo com muitos autores, este é um conceito muito complexo, pois, às vezes, é definido de forma diferente (MARYNYCH, 2017).

Desenvolvimento Local (DL) é um conceito ambíguo que é válido de várias maneiras. Historicamente, surgiu na Europa na década de 1970, devido aos efeitos da globalização. Desde a sua criação, a experiência visa, preferencialmente, atingir metas de produtividade e competitividade de mercados interno e externo, bem como melhorar, fortalecer e consolidar a competitividade entre cidades (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2000). Nesse sentido, o desenvolvimento local tenta dar respostas adaptar-se aos desafios da

globalização e difundir o jargão de "pensar globalmente, e desenvolver localmente", tornou-se conhecido e ainda é amplamente utilizado, embora desgastado (GARCIA,2021).

Seguindo nesse raciocínio, a temática do desenvolvimento vem mudando com o decorrer dos anos, Sen (2000) descreve que o termo vem deixando de atingir apenas aspectos econômicos. Veiga (2006) reitera que ninguém duvida que o crescimento econômico é uma peça fundamental do desenvolvimento, porém não deve deixar de lado que o crescimento tem um viés quantitativo e o desenvolvimento, qualitativo. Desta forma, cabe colocar o desenvolvimento como uma forma conjunta de crescimento, podendo ser econômico, social e educacional (ANÉSE et al. 2019).

Milani (2002) descreveu o desenvolvimento local como sendo um conglomerado de práticas culturais e econômicas, políticas e sociais que alteram a localidade. Neste sentido, o autor argumenta que essas práticas devem abranger grande parte da comunidade, seja da sociedade civil organizada, agentes/gestores e funcionários públicos de diferentes escalões. Para poder ser efetivo, o projeto de desenvolvimento local deve conter a interação das empresas privadas, órgãos públicos e, principalmente, a sociedade civil como um todo, para que as ações sejam totalmente direcionadas para seus anseios (DALLABRIDA, 2011).

Tavares (2019) diz que o desenvolvimento local é uma importante etapa em que os municípios adquirem estruturas para ampliação do capital social, além disso, proporciona uma melhor qualidade de vida, desenvolvimento econômico, oportunidades sociais e, principalmente, possibilidade de redução na desigualdade social. Nesta linha de raciocínio, Buarque (1999) escreveu que o desenvolvimento local é um processo endógeno em pequenas frações territoriais e humanas que são aptos a fomentar o dinamismo econômico e melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Vale destacar que o processo de desenvolvimento endógeno está ligado intimamente com o desenvolvimento local de maneira semelhante: o desenvolvimento local é sempre um desenvolvimento endógeno, porém este pode encontrar-se em escalas supralocais, como a escala regional, com novas roupagens, porém com o mesmo propósito de alavancar as potencialidades de uma região (DALLABRIDA, 2011). Ávila (2000) aponta que o caráter endógeno do desenvolvimento local se diferencia das demais estratégias pelo fato de que está voltado às comunidades e localidades, permitindo que os *stakeholders* locais participem das tomadas de decisões. Baumgarten (2017), descreve o processo endógeno como sendo um aliado para o fortalecimento das políticas públicas e qualificando novos mecanismos internos para concretização do desenvolvimento local. Buarque (2006) enfatiza que o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais

e assentamentos humanos, que pode promover vitalidade econômica e melhorar a qualidade de vida da população

Percebe-se que o desenvolvimento local vem com a incumbência de trazer novas propostas para corresponder e assim incentivar o desenvolvimento econômico e social de uma região, com base endógena e políticas que atendam às demandas da localidade. Sendo assim, essa estratégia tem o intuito de expandir economicamente uma região e, principalmente, diminuir as desigualdades sociais. (ZABATA et al. 2001; FISCHER, 2002). Nessa perspectiva; Anése, Rodrigues, Hedlund (2019) destacaram que o papel do Estado é tornar mais equitativas as oportunidades para o processo de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é complexo pelo fato de que relaciona diferentes fatores para tornar tangível e concreto o desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento local, conforme Nel (2001), é a autonomia em que a localidade desempenha suas ações em diversas áreas (NEL, 2001). Alguns autores, por sua vez, descrevem que o desenvolvimento local tem por objetivo a missão de garantir o desenvolvimento saudável e sustentável de uma comunidade, juntando as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Sendo que as ações locais devem coincidir com a eficiência dos recursos públicos e privados, o propósito de garantir equidade econômica e social dentro das localidades (ÁVILA, 2000; VAZQUEZ-BARQUERO, 2001, 2002).

Em suma, Joyal (2002) expressa que o desenvolvimento local nada mais é do que um instrumento estratégico em que os representantes locais e todos os setores (público, privado e associativo) interagem e trabalham em busca de uma valorização dos recursos humanos, técnicos e financeiros de domínio de uma coletividade, com o objetivo de ver uma expansão econômica local satisfatória. Neste sentido, o autor destaca, a importância da participação da sociedade, assim como a valorização das potencialidades locais.

Por outro lado Martins, Vaz e Caldas (2010) argumentam que o desenvolvimento local é constituído por diversas dimensões. Essas dimensões possibilitam a criação de espaços que venham ajudar na interação de diversos *stakeholders*, assim inteirando-os nas ações públicas.

Sendo assim, Borges (2007) elencou algumas dimensões para poder mensurar o desenvolvimento local conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 Dimensões do Desenvolvimento

Dimensões de Desenvolvimento Local	Característica
Econômica	Esta dimensão está ligada à funções e operações econômicas, que estão vinculadas a criação, acúmulo e distribuição de riquezas. Sendo assim, essa dimensão fortalece as cadeias produtivas locais fazendo a integração dos pequenos negócios (SUAREZ, 1993; Zapata et al. 2001; GALLICCHIO, 2002; Buarque, 2004; CASAROTTO FILHO E PIRES, 2001)
Social	Relaciona-se com a qualidade vida, equidade e a união social, criando um espaço para que a participação dos cidadãos seja eficaz, desta forma cria relações de emprego e diversos projetos e programas a fim de mudar a realidade da localidade (SUAREZ, 1993; Zapata et al. 2001; GALLICCHIO, 2002; BUARQUE, 2004; CASAROTTO FILHO E PIRES, 2001).
Ambiental	Refere-se na relação que a sociedade em si tem com seus recursos naturais, e quais as potencialidades que esses recursos podem trazer para a região (SUAREZ, 1993; Zapata et al. 2001; GALLICCHIO, 2002; BUARQUE, 2004; CASAROTTO FILHO E PIRES, 2001).
Político-Institucional	Refere-se às adequações das regras políticas e mudanças sociais que tem propósito de garantir uma representação local, essa dimensão expressa como os gestores governam o território, desenvolvem projetos específicos para a localidade. Sendo assim, quando se refere às organizações públicas, os <i>stakeholders</i> sociais se organizam com agentes públicos para criar um ambiente para tomada de decisão que seja benéfica pra todos (SUAREZ, 1993; Zapata et al. 2001; GALLICCHIO, 2002; BUARQUE, 2004; CASAROTTO FILHO E PIRES, 2001).

Fonte: Adaptado de Borges (2007, p. 53)

Cruz e Marques (2014) acrescentaram que esses indicadores, dentro da gestão pública, auxiliam os governos locais a terem eficiência em suas ações, com isso promovem uma “competição saudável” entre os agentes públicos e *stakeholders* externos e internos com propósito de melhorar o desempenho econômico da localidade. Bogoni, Hein e Beuren (2011) expressaram que o fortalecimento dos serviços públicos pode ser visto como uma forma de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e, por decorrência, gerar um aumento econômico. Para esses autores, os gastos com infraestrutura, saúde, educação e habitação fazem parte das políticas de desenvolvimento, portanto, isso impacta diretamente nas organizações privadas, pois são consideradas despesas produtivas e capazes de gerar reflexos positivos dentro da localidade (BOGONI, HEIN; BEUREN, 2011).

3 MÉTODO

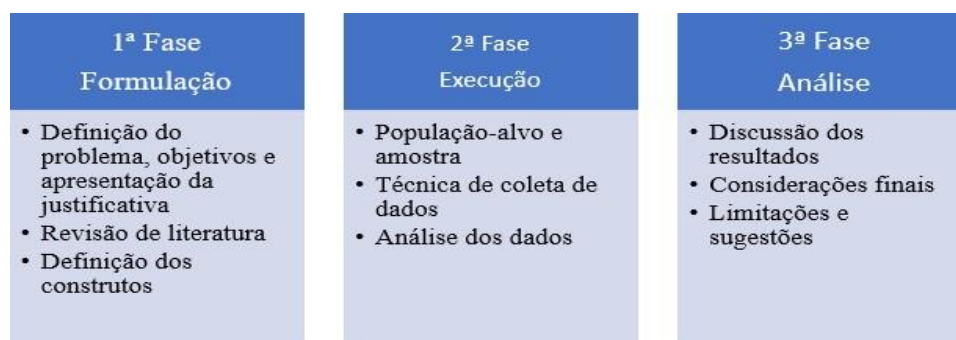
Com base nas teses que descrevem as formas metodológicas, Ciribelli (2003, p.06) diz que: “método científico pode ser definido como um conjunto de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador científico direciona o seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico, para alcançar dados que suportam ou não sua teoria inicial”.

Para concretizar os objetivos traçados nesta pesquisa, foi usada a pesquisa exploratória, pois a mesma tem por finalidade buscar o conhecimento profundo podendo torná-lo mais claro e assim construir questões importantes para a condução da pesquisa. Os dados foram coletados todos de fontes primárias, ou seja, diretamente dos entes públicos locais, entidades que possam fornecer informações relevantes a pesquisa, e em fontes secundárias, tais como: livros, sites, artigos, etc., para posteriormente fazer a avaliação dos dados (RAUPP,2011).

A ferramenta de investigação usada foi o questionário, que segundo Gil (1999, p.128), é definido como a investigação através de um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, visando o conhecimento de opiniões, interesses, expectativas, etc. O questionário contou com perguntas fechadas e abertas, pois desse modo permitiu que os participantes pudessem expressar suas ideias com as questões previamente definidas e logo após transpor seus pensamentos sobre o assunto em pauta.

Sendo assim, pesquisa foi desenvolvida com base nas três fases do processo de pesquisa, de acordo com o que é sugerido por Hair et al. (2009). Para o autor, a construção de um estudo envolve três fases: formulação, implementação e análise. As características da primeira fase da pesquisa foram definidas pelos problemas e objetivos, dê razões que construam uma estrutura teórica, e uma definição cabível para complementar a teoria existente, descobrindo *insights* que melhorem a mesma. Mutuamente a implementação sobre a definição de estratégias e métodos de pesquisa, população alvo e amostras foram investigadas e as técnicas de coleta de dados. A terceira incluiu a análise e discussão dos resultados para atingir o objetivo e definindo desse modo as respostas e perguntas da pesquisa. A fase de análise também incluiu as considerações finais, limitações e sugestões para pesquisas futuras (figura 1) (HAIR et al. 2009).

Figura 1: Modelo do processo de pesquisa utilizado



Fonte: Elaborada com base em Hair et al. (2009).

Portanto, na fase de formulação, a Governança e o Desenvolvimento Local raramente são testadas empiricamente. Desse modo, a fase de execução usou uma ferramenta estruturada, a qual foi aplicada a uma amostra de *stakeholders* que compõem o Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e secretários dos 497 municípios do Rio Grande do Sul.

A investigação foi aplicada como uma estratégia de pesquisa. De acordo com Malhotra (2011), esse método se baseou no questionamento dos participantes por meio de um questionário estruturado, dessa forma visou-se obter informações específicas do entrevistado. Conforme Baker (2001), a investigação é mais adequada para descobrir a possibilidade de fatos, confirmando atitudes e opiniões que auxiliaram na compreensão de comportamentos, para isso, foi utilizado uma *survey* para descrever a população com base na amostra. Além disso, este método é o mais aplicável em estudos envolvendo um número elevado de amostras individuais, dessa forma facilitando a compreensão dos dados (HAIR et al. 2009).

Quanto ao método, as características do estudo foram quantitativas. Malhotra (2011) comentou que a pesquisa quantitativa visa quantificar dados para compreender questões de pesquisa usando técnicas estatísticas. De um modo geral, pode ser medido na escala numérica, com o objetivo de obter resultados que evitem possíveis distorções de análise e assim possibilitar uma margem de segurança fidedigna.

3.1 AMBIENTE DO ESTUDO

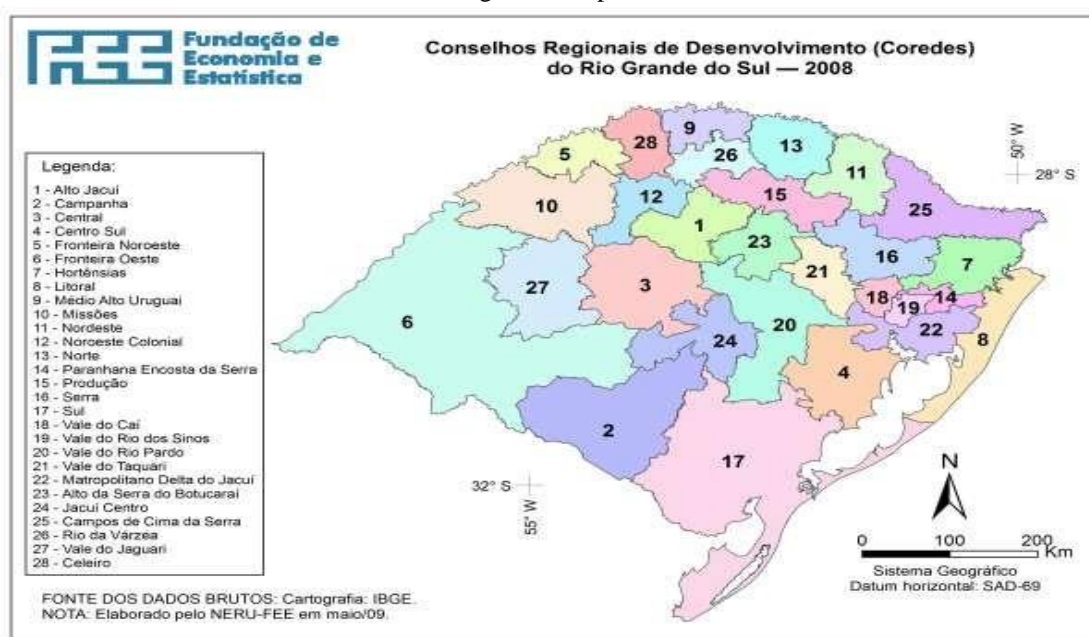
Ao final dos anos 80 com chegada das discussões sobre a regionalização dos recursos, o Rio Grande do Sul criou os Conselhos de Desenvolvimento Regionais, os chamados COREDEs, como forma de descentralizar os recursos nas regiões. Em 1990, com o então

governador eleito Alceu Collares, a pauta sobre regionalização voltou à tona com um Plano de Governo denominado Povo Grande do Sul, que tinha como meta implementar os Conselhos tornando-os como estruturas para auxiliar no governo (ALLEBRANDT, 2006; 2018). Em 1991 começa de fato a elaboração dos COREDEs, mas a concretização desse novo projeto só acontece legalmente em no de 1994 com a Lei 10.283 de 17 de outubro e pelo Decreto 35.764 de 29 de dezembro do mesmo ano, já no final do Governo Collares (ALLEBRANDT, 2006; 2018).

Büttenbender (2011), argumentou que os COREDEs são espaços democráticos de diálogo onde são tratados assuntos relacionados às políticas públicas sociais e estratégias de desenvolvimento, e os atores que fazem parte desse espaço são pessoas jurídicas de direito privado, organizados sob a forma de associações civis sem fins lucrativos.

Sendo assim, o Rio Grande do Sul, considerando o aspecto voltado ao desenvolvimento, é dividido em 28 microrregiões que são eles: Alto da Serra do Botucarái, Alto Jacuí Campanha, Campos de Cima da Serra, Celeiro Central, Centro-Sul Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias Jacuí-Centro, Litoral, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana-Encosta da Serra, Produção, Rio da Várzea, Serra Sul, Vale do Caí Vale do Jaguari, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari e estão subdividido em 497 municípios (conforme a figura abaixo) cada uma delas possui uma unidade de planejamento, implementação de políticas públicas e aplicações de estratégias de governança.

Figura 2: Mapa dos COREDEs



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2008)

Para fins de planejamento, os municípios e o Comitê de Desenvolvimento Regional - COREDE estão divididos em 9 áreas de planejamento funcional que vão do “RF1 a RF9”. Esta regionalização é definida pelo estudo RUMOS 2015*, com base nos critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social, e relacionada à identificação da polarização do emprego, migração do tipo de transporte, hierarquia urbana, organização das redes de serviços de saúde e níveis superiores, etc. (COREDE, 2015).

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento principal de coleta desta pesquisa foi o questionário que foi elaborado pelo autor, tendo como base duas variáveis relevantes: Governança Pública e *stakeholders*, e Desenvolvimento Local. Tendo como prerrogativas esses temas se tomou por base três autores para elaboração das questões que são Bovaird (2003) que descreveu sobre as dimensões de governança; para elaborar as questões relacionada aos *stakeholders* foi feito uso das teorias de Freeman (1984; 2010) e por fim para a teoria de desenvolvimento local foi utilizado o autor Borges, 2007.

Logo após considerar reconsiderar esses *stakeholders*, foi enviado o questionário para os professores especialistas no tema estudado para extrair suas opiniões e assim deixar o questionário adequado para os respondentes supracitados. Consequentemente, após a avaliação destes professores em anexo (2 a 6), foi possível começar os pré-testes para que enfim fosse enviado aos destinatários finais.

Os dados foram coletados por meio do *google forms*. O questionário foi enviado para todos os representantes dos conselhos regionais de desenvolvimento e secretários municipais do Rio Grande do Sul. Vale destacar que para alcançar todos conselheiros das 28 regiões do RS, foi feita uma pesquisa prévia para conseguir os e-mails nos sites, páginas e blogs que possuíam alguma informação dos COREDEs de cada região desses conselheiros, com propósito de enviar o questionário individualmente pelo fato de que as reuniões estão sendo online por causa das medidas protetivas contra o Coronavírus. O questionário foi enviado para 570 respondentes, dentre esses os secretários dos municípios do RS e conselheiros do COREDE, o mesmo teve uma devolutiva de 142 respostas, o que foi equivalente a 25% aproximadamente do total de questionários enviados.

A pesquisa se utilizou do método de extração dos fatores, fazendo a análise dos componentes principais, como o método de rotação denominado *varimax* normalizada e

como critério de extração foi utilizado o autovalor superior a um. Neste sentido o tratamento de uma variável em um fator deve seguir um parâmetro de comunalidade ou proporção de sua variância em relação as demais variáveis, sendo, portanto, necessário a comunalidade superior a 0,50 para que a variável seja mantida na fatorial (HAIR et al. 2009).

Posteriormente a fatorial foi analisada a confiabilidade dos fatores usando o Alpha de Crombach como parâmetro de observação, tem como propósito indicar o grau de consistência interna entre os vários indicadores de um fator. Portanto, Hair et al (2009), descreve que o Alfa de Crombach, na análise fatorial exploratória, deve ter valores superiores a 0,50.

3.2.1 Pré-teste das questões do questionário

Nesta fase, foi realizado um pré-teste, com o propósito de validar e concretizar as questões do possível questionário que será aplicado com os COREDEs – RS, considerando que essas questões foram aplicadas a um público reduzido de pessoas o que ajudou a melhorar as questões, esse grupo contou com cinco (5) pessoas que estão inseridas no executivo da cidade Júlio de Castilhos e São Vicente, constituem algum conselho e fazem parte do Comudes (Conselho Regional de Desenvolvimento). A escolha deste grupo se deu pelo fato de ser mais viável por conta dos contatos pré-existentes, cabe destacar que esses respondentes estiveram na amostra

Para aplicação deste pré-teste foi utilizado a ferramenta *Google Meet*, onde foi feita uma entrevista com as pessoas selecionadas, sendo que as questões apresentadas tiveram uma escala *likert* de cinco (5) pontos, porém a diferença estava no feedback que receberemos dos conselheiros para a melhoria das questões. Vale destacar que os respondentes deste pré-teste não foram considerados na pesquisa para que não haja manipulação das informações.

3.2.2 Escala likert

A escala *likert* é muito utilizada na pesquisa acadêmica que basicamente, é um conjunto de questões que é formulada sob o olhar do pesquisador onde os respondentes responderam conforme as opções que lhe foram ofertadas. Para ser considerada uma escala *likert* todas as questões demonstradas precisaram ter uma resposta gradual, por exemplo, vai de 1 a 5 (AGUIAR, 2011), conforme mostra a tabela 6 a seguir.

Quadro 3 : Escala utilizada no questionário

1-Discordo totalmente	2-Discordo	3-Indiferente	4-Concordo	5-Concordo Totalmente
-----------------------	------------	---------------	------------	-----------------------

Fonte: Adaptado de Likert (1932)

Portanto, quanto maior foram as respostas dos participantes mais em acordo com as afirmações eles estão, e conseqüentemente mais verídica será a sua percepção sobre os princípios de governança e os indicadores de desenvolvimento presentes no COREDE.

3.3 VARIÁVEIS DO ESTUDO

3.3. VARIÁVEIS INDEPENDENTES

As variáveis independentes também conhecidas como variáveis dominantes são aquelas que podem influir ou até mesmo afetar outras variáveis. Este tipo de variável é um fator de importância pelo fato de que ela vai se tornar uma peça fundamental para manipulação com outras variáveis. Sendo assim as variáveis independentes são funções fundamentais em uma análise para obter resultados concretos e fidedignos (MARCONI E LAKATOS, 200).

Portanto, visando o segundo objetivo específico, que foi a análise dos princípios de governança, para levantar esses princípios foram analisados alguns artigos do TCU (2014) e do autor Bovaird (2003) conforme expressa a tabela 2. Desse modo, tomando por base essas referências se formou um conjunto de questões para cada dimensão supracitada: Segue o quadro 7 abaixo.

Quadro 4: Dimensões de Governança e *Stakeholders* e questões do questionário

Dimensão	Questões
Legalidade	Nas decisões tomadas pelo COREDE, as razões pessoais não prevalecem sobre o interesse público.
	Nas reuniões que eu participo, as interferências ideológicas e políticas prevalecem sobre a vontade coletiva.
	As ações propostas pelo COREDE ajudam na redução das práticas ilícitas.
	O COREDE fiscaliza regularmente as repartições públicas.
Equidade	Os recursos são distribuídos igualmente.
	O COREDE atende as reivindicações da zona rural do município.
	As decisões do COREDE atendem a todos cidadãos.
	As ações do COREDE relacionadas aos empregos e rendas favorecem os cidadãos que estão na linha da pobreza.
Responsabilidade	As ações do COREDE levam em consideração o orçamento.
	As pautas discutidas estão de acordo com as necessidades existem na região.
	Os assuntos tratados no COREDE são compreendidos por todos os integrantes.
	Os projetos do COREDE conseguem ser efetivos e atender o maior número de pessoas.
Eficiência	O COREDE aplica os recursos sem desperdícios.
	Creio que, o COREDE vem cumprindo efetivamente as pautas relevantes para a região.
	As ações do COREDE impactam em todas áreas (social, econômica política) da minha cidade.
	Creio que, os recursos são destinados corretamente.
Probidade	Penso que, os membros do COREDE não são influenciados por outros atores para as tomadas de decisão.
	Creio que, os membros conhecem as pautas que o COREDE defende.
	Presumo que, todos os membros do COREDE passam confiança para fazer parte do processo decisório.
	Todos membros cumprem com as obrigações de zelar e valorizar o bem público dentro do COREDE.

Transparência	O COREDE divulga os resultados regularmente.
	O COREDE divulga suas ações em locais visíveis (sites, <i>Facebook</i> , jornal ...)
	Tenho acesso a todas informações do COREDE.
	As informações disponibilizadas pelo COREDE são de fácil compreensão.
Accountability	A prestação de contas do COREDE é apresentada regularmente.
	A prestação de contas do COREDE é facilmente entendida por todos.
	O COREDE apresenta suas ações e seus principais resultados para os cidadãos.
A agenda de igualdade e inclusão social (gênero, etnia, idade, religião,	O COREDE leva em consideração as pautas LGBTQ+.
	O COREDE contribui para inclusão dos povos indígenas.
	O COREDE tem ações para inclusão de mulheres no processo de tomada de decisão.
	O COREDE leva em consideração as pautas das organizações religiosas.
	O COREDE tem ações para inserção de pessoas com deficiência no setor público.
Comportamento ético e honesto	Creio que as decisões levam em consideração o compromisso ético.
	Os membros do COREDE são éticos.
	Os servidores atuam com valores morais e éticos para a efetivação das ações.
Capacidade de competir em um ambiente global	As estratégias de inovação do COREDE são executadas plenamente.
	O COREDE contribui para inovação dos municípios.
	As ações do COREDE ajudam as empresas a se tornarem mais competitivas
	O COREDE contribui para internacionalização da região.
Participação Cidadã	Gosto das pautas discutidas nas reuniões do COREDE.
	Minha opinião é levada em consideração no processo decisório.
	O COREDE recebe muitas reivindicações da população.
	Eu consigo contribuir com as pautas discutidas no COREDE.
	As parcerias – público e privadas são necessárias para efetivação das ações proposta pelo COREDE.
Capacidade de trabalhar com	O COREDE trabalha em parceria com as empresas locais.
	O COREDE desenvolve parcerias importantes para a região.

eficácia em parceria	As parcerias firmadas pelo COREDE atendem as necessidades dos cidadãos.
	As parcerias firmadas pelo COREDE demonstram a eficácia em suas ações.
Stakeholders	Concorda que os <i>stakeholders</i> auxiliam no combate a violência no município
	O COREDE recebe muita pressão de atores externos, como o setor público; terceiro setor; empresas locais; sociedade civil.
	Os atores externos ajudam o COREDE nas suas ações
	Todos os atores participam ativamente das decisões do COREDE

Fonte: Elaborado pelo Autor

3.4 VARIÁVEIS DEPENDENTES

As variáveis dependentes são aquelas que podem ser influenciadas ou afetadas pelas variáveis independentes presente na pesquisa. Essas variáveis são flexíveis porque o pesquisador poder colocar ou tirar conforme sua percepção na análise, a variável dependente pode ser modificada para captar aspectos diferentes, para incrementar a pesquisa. Portanto, a variável dependente tem a função de analisar as variâncias das variáveis independentes com o propósito de trazer novas percepções (MARCONI E LAKATOS, 200).

Para almejar o terceiro objetivo específico foi feito os levantamentos dos indicadores de desenvolvimento local, com base no autor de Borges (2007), logo após foram construídas as questões relacionadas ao tema abordado, conforme a tabela 5.

Quadro 5: Dimensões de desenvolvimento local e questões do questionário

Dimensões	Questões
Econômica	O COREDE faz a integração entre as empresas locais.
	As ações do COREDE trazem recursos financeiros para a região.
	As ações do COREDE contribuem para o aumento do PIB (riqueza da região).
	As ações do COREDE fortalecem as cadeias produtivas da região.
Social	As ações do COREDE melhoram a qualidade de vida dos cidadãos.
	Programas e projetos do COREDE contribuem para melhorar a realidade local.

	As ações do COREDE contribuem para inserção de jovens no mercado de trabalho.
	As ações do COREDE possibilitam o aumento da renda familiar da população.
Ambiental	As ações do COREDE ajudam o meio ambiente.
	O COREDE tem ações para prevenção do meio ambiente.
	O COREDE contribui para a recuperação do meio ambiente.
	Os projetos do COREDE potencializam os recursos naturais existentes na região.
Político- Institucional	Todos os setores da sociedade estão representados no COREDE
	O COREDE viabiliza a interação partidária dentro do município.
	As ações do COREDE interferem positivamente nas novas leis municipais
	As políticas institucionais do COREDE possibilitam criação de um espaço deliberativo e consultivo.

Fonte: elaborado pelo Autor

3.4.1 Variáveis de Perfil da amostra

Por variável de controle (C), conforme Marconi e Lakatos (2000, p. 198), define-se a variável espúria que “o investigador neutraliza ou anula propositadamente em uma pesquisa com a finalidade de impedir que interfira na análise da relação entre as variáveis independente e dependente”. Dessa forma, as variáveis de controle têm como função possibilitar a formação de um ambiente experimental onde o pesquisador pode controlar tanto as variáveis dependentes quanto as independentes, para que assim não ocorram erros (RAUEN 2012).

Desse modo, as variáveis de perfil da amostra foram os dados demográficos que são compostos pelos seguintes itens: escolaridade, sexo, idade, anos de participação e órgão representativo.

Por fim, para alcançar o quarto objetivo específico tendo por base as variáveis de perfil da amostra foram analisados os impactos da governança no desenvolvimento, posteriormente será elaborada uma das questões a fim de ver qual a influência dessas ferramentas dentro da gestão local de cada município do Rio Grande do Sul.

3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

As minerações dos dados foram rodadas no software SPSS 20.0®, porque permitiu fazer análises quantitativas das questões. As análises das questões ocorreram em duas etapas: estatística descritiva e estatística multivariada. Portanto, essa análise se apropriou de quatro técnicas: estatística descritiva (média e mediana), análise fatorial exploratória e regressão.

A estatística descritiva é uma técnica de análise de uma amostra que tem a finalidade de resumir as informações, procurando formas de sugestivas para simplificar um conjunto de dados (OLIVEIRA, 2011). Dessa forma, a primeira parte da análise dos dados foi baseada na análise descritiva com o propósito de analisar a amostra e descrever o posicionamento de cada respondente em relação a cada questão apresentada. Portanto, essa análise traçou o perfil dos respondentes e suas principais convicções sobre os temas abordados. Essa técnica atendeu ao primeiro objetivo específico que foi mapear os *stakeholders* de cada município do Rio grande do Sul.

3.5.1 Fatorial

Na segunda etapa foi utilizada a análise fatorial exploratória. Segundo Hair et al. (2009), a análise multivariada está ligada com as técnicas estatísticas que verificam ao mesmo tempo diversas medidas dos fatores apresentados no estudo. Sendo assim, a fatorial exploratória foi utilizada como técnica principal para captar fatores indispensáveis e, principalmente a percepção dos respondentes em relação aos princípios de governança pública e os indicadores de desenvolvimento local. Essa análise foi necessária para analisar as relações ou covariâncias que existe entre as variáveis apresentadas definindo uma série de dimensões correlacionadas a denominados fatores.

Foram feitos dois testes complementares denominados: teste de esfericidade de Barlett e o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Esses testes têm a função de demonstrar a qualidade e nível de correlação que existe entre as variáveis de forma que possibilite prosseguir com as análises fatoriais (PESTANA; GAGEIRO, 2003). Sendo assim, esses testes são usados para representar a sensibilidade ou ajuste dos dados à análise fatorial, ou seja, o nível de medição da confiança no processamento de dados por meio desse método multivariado (HAIR et al. 2009).

Para as variáveis que estão presentes na análise fatorial, fez-se uso da sistemática das comunalidade. Pode-se dizer que essa é uma medida de proporção de variância explicada pelos fatores presentes na análise (FIELD, 2009). Vale ressaltar que as comunalidades, que possuem valores menores que 0,5, a análise fatorial é insuficiente, para expressar a correlação

de cada par de variáveis consideradas nesta pesquisa. Logo, as variáveis com comunalidades extraídas menores que 0,5 foram excluídas do ensaio (LATIF, 1994)

Na análise fatorial existem diversas formas de demonstrar as cargas fatoriais, porém nesta pesquisa se optou por utilizar os métodos de componentes principais, para poder fazer a demonstração das principais cargas fatoriais, alguns autores descrevem que esse método é um dos mais empregados quando a pesquisa averigua um número mínimo de fatores que correspondem a variância máxima dos dados (MALHOTRA, 2011). Para finalizar as fatoriais e deixa-las resumidas ainda mais, nas variáveis iniciais foram utilizados os critérios dos autovalores maiores que 1,0 e porcentagem da variância explicada, e como técnica de rotação utilizou-se a rotação varimax normalizada (HAIR et al. 2009).

Para demonstrar o nível de confiabilidade dos fatores que foram gerados pela análise fatorial, foi usado o *Alpha de Cronbach*, porque o mesmo verifica a consistência interna entre os múltiplos índices. Um índice de fator se refere à extensão em que o mesmo instrumento de medição reproduza resultados consistentes de diferentes formas (HAIR et al. 2009). De acordo com a literatura existe um resultado aceitável para este fator, indicando que é maior que 0,6, isso indica a consistência interna dos fatores (MALHOTRA, 2006). Portanto, os fatores de influência expoentes mostrando menos de 0,6 são excluídos.

3.5.2 Regressão

Por fim, foi realizada uma análise de regressão para verificar cada fator que é validado na análise fatorial e outras variáveis na percepção de Governança e Desenvolvimento Local. A percepção de Desenvolvimento Local como variável dependente, como uma variável independente os fatores de Governança, esses fatores são oriundos dos resultados extraídos das fatoriais rodadas.

Após estimar a regressão linear, o R^2 ou coeficiente de determinação foi analisado. O múltiplo, usado para medir a linha de regressão da amostra e dados obtidos na fatorial. Portanto, a função R^2 indica o quanto a variável independente explica a variável dependente. De acordo com Gujarati e Porter (2011), o limite é entre 0 e 1 ($0 \leq R^2 \leq 1$), quando o R^2 é igual a 1, o modelo se encaixa perfeitamente, ou seja, a regressão ajustada explica 100% do fenômeno, a variável dependente. Nesta pesquisa se utilizou das seguintes fórmulas de regressão conforme expressado abaixo,

$$\begin{aligned} \text{desenvolpoli} = & \beta_{\text{gover}} + \beta_{\text{govlega.n}^\circ\text{resp}} + \beta_{\text{govequi.n}^\circ\text{resp}} + \beta_{\text{govefi.n}^\circ\text{resp}} \\ & + \beta_{\text{govpro.n}^\circ\text{resp}} + \beta_{\text{govtrans.n}^\circ\text{resp}} + \beta_{\text{govacco.n}^\circ\text{resp}} \\ & + \beta_{\text{govagigu.n}^\circ\text{resp}} + \beta_{\text{govcapcom.n}^\circ\text{resp}} + \beta_{\text{govpartcid.n}^\circ\text{resp}} \\ & + \beta_{\text{govcaptr.n}^\circ\text{resp}} + \text{eresi} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{desenvolsust} = & \beta_{\text{gover}} + \beta_{\text{govlega}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{resp} + \beta_{\text{govequi}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{resp} + \beta_{\text{govefi}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{resp} \\ & + \beta_{\text{govpro}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{resp} + \beta_{\text{govtrans}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{resp} + \beta_{\text{govacco}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{resp} \\ & + \beta_{\text{govagigu}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{respo} + \beta_{\text{govcapcom}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{respo} + \beta_{\text{govpartcid}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{resp} \\ & + \beta_{\text{govcaptr}} \cdot \text{n}^{\circ}\text{resp} + \varepsilon_{\text{resi}} \end{aligned}$$

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

No presente capítulo foi demonstrado a aplicabilidade da Governança com o propósito de fazer notório o Desenvolvimento Local nos municípios do RS. A partir do referencial teórico foi fundamentada a pesquisa e originou-se os objetivos tanto gerais quanto os específicos.

Na primeira parte da análise realizou-se o levantamento dos dados e da amostra obtida no estudo. Sendo assim, o perfil da amostra, principalmente em relação ao aspecto socioeconômico e dados demográficos, tais como: sexo, idade, renda, nível de escolaridade e área de atuação e anos de atuação.

Logo na sequência foi realizado uma análise fatorial com as variáveis da pesquisa, após a execução desta fatorial pode-se obter os construtos de Governança e Desenvolvimento Local. Por fim no terceiro e último bloco foi realizado uma regressão linear para observar a influência do Desenvolvimento Local na Governança dos Municípios do Rio Grande do Sul.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A tabela apresentada abaixo demonstra a amostra que foi obtida na pesquisa.

Tabela 1: Amostra dos respondentes

Stakeholder	Frequência	Percentual
Executivo	60	42,3
Legislativo	8	5,6
Sociedade Civil	70	49,3
Não Respondeu	4	2,8

Fonte: Elaborado pelo Autor

A pesquisa contou, com sessenta (60) respondentes do executivo que foram representados pelo secretários dos municípios do RS, os mesmo atingiram um percentual de 42,3% dos participantes, oito (8) respondentes foram do legislativo que foram representados por assessores de vereadores, setenta (70) dos respondente foram da sociedade civil que foram representados por cidadãos comuns que estão intimamente ligados por entidade/órgão, que possui um grande valor social na localidade e quatro (4) respondentes não se manifestaram ou seja não quiseram responder o questionário.

Tabela 2: Perfil dos *Stakeholders*

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual (%)
Sexo	Masculino	65	45,8
	Feminino	63	44,4
	Prefiro não dizer	14	9,9
Idade	18 a 25 anos	2	1,4
	26 a 35 anos	42	29,6
	36 a 45 anos	68	47,9
	46 a 56 anos	19	13,4
	57 a 78 anos	5	3,5
	Não Respondeu	6	4,2
Escolaridade	Ensino Fundamental	32	22,5
	Ensino Médio	6	4,2
	Curso Técnico	2	1,4
	Curso Superior	62	43,7
	Especialização e MBA	31	21,8
	Mestrado	6	4,2
Órgão Representativo	Executivo	60	42,3
	Legislativo	8	5,6
	Sociedade Civil	70	49,3
	Não Respondeu	4	2,8
Tempo de Participação	Até 1 ano de participação	44	31,0
	De 1 a 4 anos de participação	85	59,9
	De 4 a 7 anos de participação	2	1,4
	Não respondeu	11	7,7

Fonte: Elaborado pelo Autor

Ao analisar o perfil dos entrevistados, ficou visível que a maioria são homens representando (45,8%) dos respondentes dos questionários. Quanto à idade 68 dos respondentes possui de 36 anos até a faixa etária de 45 anos, representado por (47,9%) dos respondentes.

Ao serem questionados quanto a escolaridade, 62 dos respondentes relataram que possuem curso superior totalizando (43,7%) dos *stakeholders* participantes, seguindo a análise vem o ensino fundamental representando (22,5%) dos respondentes e ensino médio e mestrado com a mesma porcentagem representando (4,2%) dos respondentes. Portanto o que

chamou atenção foi a opção “especialização e MBA”, que representou (21,8%) essa tendo 31 respondentes.

No que tange aos órgãos de representação pode-se notar que, a sociedade civil e mais atuante tendo 70 participantes, representando (49,3%) dos respondentes, na sequência vem o executivo representando (42,3%) dos *stakeholders* participantes. Logo na sequência foi questionado ao tempo de participação, 85 dos respondentes relataram que participam desse modelo de governança de 1 a 4 anos, totalizando (59,9%) dos participantes.

4.2 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA DOS CONSTRUTOS

A análise fatorial exploratória foi realizada para verificar a consistência interna e a adequação ao referencial teórico dos construtos: Desenvolvimento Local e Governança Pública.

O primeiro teste foi feito com as variáveis relacionadas ao Desenvolvimento Local, para atender ao parâmetro da comunalidade superior a 0,50 foram retiradas as seguintes questões: “As ações do COREDE trazem recursos financeiros para a região” (comunalidade, 0,373), “As ações do COREDE contribuem para inserção de jovens no mercado de trabalho” (comunalidade, 0,363), “As ações do COREDE contribuem para o aumento do PIB (riquezas da região)” (comunalidades de, 0,415) e pôr fim a última questão retirada intitulada “Programas e projetos do COREDE contribuem melhorar a realidade local (comunalidade, 0,458). Vale destacar que a exclusão foi individual, ou seja, uma variável por vez, tendo em vista a ordem crescente dos coeficientes. A medida KMO apresentou o valor de 0,916 e o teste de esfericidade de Bartlett (valor de 1081,8 <0,000) indicando a fatorabilidade dos dados, conforme a tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Fatores de Desenvolvimento Local

Variável	Carga	Variância	Cronbach's Alpha
Desenvolvimento Sustentável (Variáveis Dependentes)			
O COREDE tem ações para prevenção do meio ambiente.	0,791	38,018	0,912
As ações do COREDE possibilitam o aumento da renda familiar da população	0,780		
As ações do COREDE contribuem para redução da desigualdade social.	0,754		
As ações do COREDE melhoram a qualidade vida dos cidadãos	0,730		
As ações do COREDE ajudam o meio ambiente.	0,726		
O COREDE contribui para a recuperação do meio ambiente.	0,681		
Os projetos do COREDE potencializam os recursos naturais existentes na região.	0,662		
As ações do COREDE fortalecem as cadeias produtivas da região.	0,537		
Todos os setores da sociedade estão representados no COREDE	0,515		
Desenvolvimento Político (Variáveis Dependentes)			
As ações do COREDE interferem positivamente nas novas leis municipais	0,811	24,626	0,778
O COREDE viabiliza a interação partidária dentro do município.	0,726		
O COREDE faz a integração entre as empresas locais.	0,668		
As políticas institucionais do COREDE possibilitam criação de um espaço deliberativo e consultivo.	0,561		

Fonte: Elaborado pelo Autor

Notavelmente, todos os fatores apresentaram cargas fatoriais satisfatórias visto que, de acordo com Hair e Cols. (2009) as cargas fatoriais superiores a 0,30 foram significativas, de modo que todas as variáveis permanecem.

O construto do Desenvolvimento Local foi dividido em dois fatores: Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Político. Destaca-se que os dois fatores com autovalores superiores a um, em conjunto representaram 62,64% de e toda a variância. Os dois fatores demonstraram confiabilidade satisfatória, conforme o *Alpha de Crombach* tendo valores de 0,912 e 0,778 respectivamente.

O fator relacionado ao Desenvolvimento Sustentável, possui um melhor nível para os casos que foram analisados, cerca de (38,018%) correspondem as variáveis: “O COREDE tem ações para prevenção do meio ambiente”, “As ações do COREDE possibilitam o aumento da renda familiar da população”, “As ações do COREDE contribuem para redução da desigualdade social”, “As ações do COREDE melhoram a qualidade vida dos cidadãos”, “As ações do COREDE ajudam o meio ambiente”, “O COREDE contribui para a recuperação do meio ambiente”, “Os projetos do COREDE potencializam os recursos naturais existentes na região”, “As ações do COREDE fortalecem as cadeias produtivas da região”, “Todos os setores da sociedade estão representados no COREDE”.

Com base nestas variáveis, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável, trata-se especificamente da conciliação entre os interesses econômicos juntamente com a proteção e racionalização dos recursos ambientais, também se relaciona com a busca da qualidade de vida através da justiça social estabelecida pela prestação de serviços públicos de qualidade para todos (NARDONE,2019).

O fator que está diretamente ligado ao Desenvolvimento Político possui uma variância de (24,626%) para as variáveis que foram analisadas, corresponde as variáveis: “As ações do COREDE interferem positivamente nas novas leis municipais”, “O COREDE viabiliza a interação partidária dentro do município”, “O COREDE faz a integração entre as empresas locais”, “As políticas institucionais do COREDE possibilitam criação de um espaço deliberativo e consultivo”.

Sendo assim, com base nestas variáveis pode-se dizer que Desenvolvimento Político é caracterizado por certas modificações estruturais dentro de um sistema. Portanto, o desenvolvimento político dentro de uma sociedade organizada pode ser benéfico, uma vez que essa estrutura estratégica pode fortalecer as relações humanas e sociais fazendo com que se crie um ambiente de discussões e desse modo fazendo com que a participação da sociedade se torne recorrente (MELLO,2011; OLIVEIRA JUNIOR, 2011).

Na sequência, foi realizado uma nova fatorial com os construtos de Governança, para atender o parâmetro da comunalidade superior a 0,50, não foi necessário retirar nenhuma questão para alcançar as comunalidades.

O construto Governança foi dividido em 11 (onze) fatores: Governança Responsável, Governança Inclusiva, Governança Publicidade, Governança Competitiva, Governança Participativa, Governança Prestação de Contas, Governança *Stakeholders*, Governança Engajamento, Governança Fator Atendimento, Governança Ideológica, Governança Fator Diversidade.

A medida KMO apresentou o valor de 0,875 e o teste de esfericidade de *Bartlett* (valor de 4524,26<0,000) indicando a fatorabilidade dos dados, conforme a tabela 4.

Tabela 4: Fatores de Governança

Variáveis	Carga	Variância	Cronbach's Alpha
Governança Responsável			
Todos os membros do COREDE zelam pelo bem público.	0,890	14,575	0,951
As ações do COREDE levam em consideração o orçamento.	0,882		
Todos os membros do COREDE cumprem as regras estabelecidas durante o processo decisório.	0,862		
Os membros do COREDE são honestos	0,848		
O COREDE utiliza critérios objetivos para a distribuição dos recursos entre os municípios	0,801		
O COREDE aplica os recursos sem desperdícios.	0,785		
O COREDE atende as reivindicações da zona rural do município.	0,784		
Todos os membros do COREDE são confiáveis para fazer parte do processo decisório.	0,774		

Os recursos são destinados conforme as demandas das áreas prioritárias da região	0,728		
Os recursos são distribuídos proporcionalmente para os municípios.	0,711		
Os projetos do COREDE atendem o maior número de pessoas possível.	0,697		
O COREDE vem cumprindo efetivamente as pautas relevante para região.	0,697		
Os membros do COREDE são éticos	0,685		
As decisões COREDE levam em consideração o compromisso ético.	0,617		
Os membros atuam com valores morais e éticos para a efetivação das ações.	0,580		
O COREDE apresenta suas ações e seus principais resultados para cidadãos.	0,496		
As pautas discutidas estão de acordo com as necessidades existentes na região	0,493		
As ações propostas pelo COREDE ajudam na redução das práticas ilícitas.	0,491		

Nas decisões tomadas pelo COREDE, o interesse público prevalece sobre as razões pessoais.	0,419		
Governança - Inclusiva			
O COREDE tem ações para inclusão de mulheres no processo de tomada de decisão.	0,794	4,111	0,814
O COREDE tem ações para inserção de pessoas com deficiência no setor público.	0,769		
O COREDE contribui para inclusão dos povos indígenas.	0,732		
O COREDE leva em consideração as pautas das organizações religiosas.	0,700		
O COREDE leva em consideração as pautas LGBTQI+	0,617		
Governança - Publicidade			
O COREDE divulga os resultados regularmente	0,791	3,196	0,752
O COREDE fiscaliza regularmente as repartições públicas	0,604		
Tenho acesso a todas as informações do COREDE.	0,600		
Todos os atores participam ativamente das decisões do COREDE	0,568		

O COREDE divulga suas ações em locais visíveis (por exemplo: sites, Facebook, jornal etc.)	0,563		
Governança - Competitiva			
O COREDE contribui para a implementação de práticas inovadoras nas empresas e/ou indústria da região	0,801	2,362	0,821
As ações do COREDE ajudam as empresas a se tornarem mais competitivas	0,798		
O COREDE contribui para internacionalização da região.	0,765		
Governança - Participativa			
O COREDE é uma organização aberta ao recebimento das reivindicações da população.	0,719	1,643	0,792
Minha opinião como cidadão é levada em consideração no processo decisório do COREDE.	0,716		
O COREDE tem iniciativas para incluir os cidadãos no processo decisório.	0,672		
Governança - Prestação de Contas			
A prestação de contas do COREDE é facilmente entendida por todos.	0,807	1,536	0,659

As informações disponibilizadas pelo COREDE são de fácil compreensão.	0,772		
A prestação de contas do COREDE é apresentada regularmente.	0,503		
Governança - Stakeholders			
O COREDE recebe muita pressão de atores externos, como setor público; terceiro setor; empresas locais; sociedade civil e entre outros	0,772	1,386	0,500
Os atores externos ajudam o COREDE nas suas ações	0,668		
As ações do COREDE impactam em todas áreas (social, econômica política) da minha região.	0,447		
Governança - Engajamento			
Os membros conhecem as pautas que o COREDE defende.	0,696	1,305	0,688
Os assuntos tratados no COREDE são compreendidos por todos os integrantes.	0,623		
Governança - Fator Atendimento			
As decisões do COREDE atendem todos os cidadãos.	0,683	1,262	_____
Governança - Ideológica			

Nas reuniões que eu participo, as interferências ideológicas e políticas prevalecem sobre a vontade coletiva	-0,752	1,099	0,497
Os membros do COREDE são influenciados por atores externos para a tomada de decisão.	-0,487		
Governança- Fator Diversidade			
O COREDE tem ações para inserção de pessoas de todas as idades no processo de tomada de decisão.	0,592	1,006	

Fonte: Elaborado pelo Autor

Destaca-se que os dois fatores com autovalores superiores a um, em conjunto representam 71,23 de e toda a variância. Os 9 (nove) fatores demonstram confiabilidade satisfatória, conforme o *Alpha de Crombach* tendo valores de 0,950; 0,814; 0,752; 0,821; 0,792; 0,659; 0,499; 0,688; 0,497.

Primeiro fator intitulado Governança Responsável é composta por dezenove questões, pela junção indicada pela fatorial estão correlacionadas, tendo uma variância de 31,010% de correlação e um *Alpha de Crombach* de 0,951 de confiabilidade. Com base nestas variáveis, pode-se dizer que o fator de Governança responsável, pode ser considerado um autorregulador porque visa alcançar uma cultura de transparência nos negócios e de gestão na sociedade, cujos resultados, a curto prazo, podem formar gestores mais comprometidos com a lei, principalmente trabalhando em prol do coletivo (JÚNIOR SOLARES,2020).

O fator intitulado como Governança Inclusiva é composto por cinco questões, ou seja, pela junção indicada pela fatorial estão correlacionadas, tendo uma variância de 8,746% de correlação e um *Alpha de Crombach* de 0,814 de confiabilidade. Pode-se observar que esse fator está muito em voga nos últimos anos em nossa administração pública e faz referência a todos nichos de pessoas que existem dentro de uma sociedade. “Sendo assim a diversidade inclui todos, não é algo que seja definido por raça ou gênero. Estende-se à idade, a história

peçoal e corporativa, a formação educacional, a função e a personalidade”, sim incluir todas tribos a fim de representatividade (COX JR., 1999, P. 334-335).

Consequentemente o fator Governança – Publicidade, é composto por cinco questões, tido pela junção indicada pela fatorial estão correlacionadas, tendo uma variância de 6,801% e um *Alpha de Crombach* de 0,752 de confiabilidade. Deste modo pode-se observar que quando há publicidade e transparência dentro de uma governança, há também participação cidadã. Nesse sentido, quando os dados ou informações são publicados, sendo de fácil acesso, e a sua compreensibilidade permite que os cidadãos interajam com o conteúdo que está sendo acessado. Portanto, há controle e Interação com políticas públicas e orçamentos aprovados (BLIACHERIENE,2013).

Logo após foi verificado o fator denominado Governança Competitiva, composto por 3 questões e pelo alinhamento indicado pela fatorial e estão correlacionadas, tendo uma variância de 5,025% e um *Alpha de Crombach* de 0,821 de confiabilidade. Este fator se demonstrou importante para a pesquisa uma vez que a competitividade na governança possibilita a comparação entre *stakeholders* em um mesmo ambiente de atuação. Neste sentido alguns autores reforçam que a competitividade confere a seus possuidores maior eficiência e produtividade e, é medida através das políticas públicas que são ofertadas para a população (CALDEIRA,2007; ALBURQUERQUE ,2019).

Ao ser analisado o fator Governança Participativa, composta por cinco questões três questões, tendo uma variância de 3,497% e um *Alpha de Crombach* de 0,792 de confiabilidade. Portanto, pode-se dizer que a participação dos *stakeholders* sociais são movidos pelos interesses coletivos e, desse modo possam fazer com que o governo e seus gestores trabalhem com o povo a fim de criar ambientes democráticos principalmente nas tomadas de decisões (PINTO, 2018).

Em relação ao fator Governança – Prestação de contas, foi composta por 3 (três) questões, pela demonstração da fatorial e estão correlacionadas. Portanto, nesta perspectiva quando os cidadãos exigirem maior responsabilidade social do governo na gestão e administração dos bens públicos, o movimento acabará por funcionar como um mecanismo capaz de influenciar o comportamento do governo, e assim fortalecer de forma gradual, tornando a prestação de contas uma das principais ferramentas de interação social e dialógica presentes em uma administração pública (TAVARES, 2021).

O fator Governança- *Stakeholders*, foi composta por 3 questões, pela junção indicada pela fatorial estão correlacionadas, tendo uma variância de 2,949% de correlação e um *Alpha de Crombach* de 0,500 de confiabilidade. Neste contexto esse fator expressa como a

participação e pressão dos *stakeholders* positivamente ou negativamente, pode fornecer oportunidades para vários participantes usarem seus conhecimentos, criatividade e recursos para encontrar novas maneiras e melhores maneiras de solucionar e desenvolver políticas públicas coerentes com sua localidade (PIRES & GOMIDE, 2015).

Em relação ao fator Governança – Engajamento, é composto por duas questões, pela demonstração da fatorial estão correlacionadas, tendo uma variância de 2,776% de correlação e um *Alpha de Crombach* de 0,688 de confiabilidade. Sendo assim com *stakeholders* engajadas experimentam altos níveis de energia, estando entusiasmadas com suas funções, dedicando seus recursos físicos, cognitivos e emocionais com intuito de melhorar as políticas públicas e principalmente modificar positivamente a realidade local (BAKKER, 2015).

Por fim, foi analisado o fator Governança – Ideológica, composto por duas questões, pela demonstração da fatorial estão correlacionadas, tendo uma variância de 2,338% de correlação e um *Alpha de Crombach* de 0,497 de confiabilidade. Em suma como demonstra o quadro acima as ideologias partidárias não podem estar presentes em ambientes de diálogos coletivos, estes espaços precisam ter uma diversificação de atores com propósito de criar metodologias mais descentralizadas, concentrando os interesses coletivos e procurando assim garantir a representatividade das diversidades dando voz decisória a todos, não somente a uma minoria dominante, fazendo com que os ambientes públicos sejam cheios de pluralidade de ideias e soluções (FERRÃO,2010). Por fim, após essas análises foi criado uma nova variável para cada fator de Desenvolvimento Local e Governança, para elaboração das Regressões.

4.3 REGRESSÃO

Com o propósito de verificar a influência dos fatores e também das variáveis, realizou-se uma regressão linear múltipla, sendo assim nesta etapa foram realizadas duas análises, tendo os fatores de Desenvolvimento Político e de Desenvolvimento Sustentável como variáveis dependentes e de Governança como variáveis independentes, assim como demonstram as tabelas.

Tabela 5: Regressão com Desenvolvimento Político

Desenvolvimento Político (Variáveis Dependente)			
Governança (Variáveis independentes)	Coefficiente padronizado	t	Sig
Governança Responsável	0,217	3,113	0,002
Governança - Inclusiva	-0,194	-2,793	0,006

Governança – Publicidade	0,390	5,608	0,000
Governança - Competitiva	0,066	0,943	0,347
Governança - Participativa	-0,251	-3,600	0,000
Governança - Prestação de Contas	-0,023	-0,327	0,744
Governança – <i>Stakeholders</i>	0,232	3,331	0,001
Governança - Engajamento	-0,025	-0,353	0,725
Governança – Ideológica	0,031	0,445	0,657

Fonte: Elaborado pelo Autor

O resultado exposto apresenta um R^2 ajustado com o valor de 0,360, ou seja, desse modo as variáveis independentes explicam cerca de 36% da variável dependente, representada pelo Desenvolvimento Político, com significância de próximo zero expondo que o modelo é significativo como um todo.

Ao analisar os coeficientes que representam a magnitude de cada relação das variáveis independentes sobre a variável dependente denominada de Desenvolvimento Político, foram encontrados cinco fatores que têm um impacto positivo na análise.

Primeiro fator que demonstrou uma significância 0,002 em relação a variável dependente de Desenvolvimento Político, sendo assim pode-se expressar que quanto maior for a Governança Responsável, maior será o Desenvolvimento Político. Portanto, este resultado vai ao encontro de alguns estudos que descrevem que os padrões éticos nas atividades públicas, e não apenas por uma questão de responsabilidade, mas sim, moral e legal (SOLARI, 2020).

Na sequência o fator de Governança – Inclusiva e de Governança - Participativa se demonstram significativas com valores de 0,006 e 0,000 em relação ao fator dependente, coeficiente padronizado negativo, sendo assim, quanto maior for a Governança Inclusiva, menor será o Desenvolvimento Político de determinada região. Portanto, estes resultados vão na contramão de diversos estudos que descrevem que para haver um desenvolvimento na administração pública é importante reforçar as ações afirmativas em relação a diversidade dentro da sociedade, com propósito de dar voz a todos os nichos dentro de uma região (ALVES, 2004). Neste sentido demonstra como nossa política rio-grandense é conservadora e principalmente elitizada.

Os fatores de Governança – Publicidade e de Governança – Prestação de Contas, foram os mais significativos tendo um valor de 0,000, em relação ao fator Dependente, sendo assim para haver um Desenvolvimento Político é necessário ter uma Governança –

Publicidade e Governança – Prestação de Contas. Portanto com esse resultado pôde-se afirmado que para haver um Desenvolvimento político é necessário ter publicidade e prestação de contas em relação aos dados e informações presentes no setor público (BLIACHERIENE, 2013).

Por fim, foi analisado o fator independente intitulado de Governança – *Stakeholders* que teve um valor de 0,001 de significância. Portanto podemos afirmar que para haver um Desenvolvimento político dentro das administrações públicas é necessário formar uma rede com diversos *stakeholders* para formação de políticas públicas que atinjam todas as classes da sociedade (BEVIR, 2011a). Para complementar essa regressão foram feitas duas novas análises com as *dummies* de Gênero, conforme expressa a tabela 6 abaixo.

Tabela 6: Regressão do Desenvolvimento Sustentável

Desenvolvimento Sustentável (Variáveis Dependentes)			
Governança (Variáveis Dependentes)	Coefficiente padronizado	t	Sig
Governança Responsável	0,582	10,021	0,000
Governança - Inclusiva	0,031	0,533	0,595
Governança – Publicidade	0,247	4,260	0,000
Governança - Competitiva	0,190	3,280	0,001
Governança - Participativa	0,190	3,283	0,001
Governança - Prestação de Contas	0,132	2,275	0,025
Governança – <i>Stakeholders</i>	0,167	2,882	0,005
Governança - Engajamento	0,149	2,567	0,011
Governança – Ideológica	0,123	2,121	0,036

Fonte: Elaborado pelo Autor

O resultado apresentou um R^2 ajustado de 0,555; ou seja, as variáveis independentes explicam cerca de 55,5% da variável dependente, representada pelo Desenvolvimento Sustentável, com significância de 0,000, expondo que o modelo é significativo como um todo.

Ao analisar os coeficientes que representam a magnitude de cada relação das variáveis independentes sobre a variável dependente denominada de Desenvolvimento Político, foi encontrado oito fatores que possuem um impacto positivo na análise.

Os primeiros fatores analisados foram os de Governança Responsável e de Governança – Publicidade porque apresentaram uma significância 0,000 em relação a variável dependente de Desenvolvimento Sustentável, sendo assim podemos expressar que

para haver um Desenvolvimento Sustentável é necessário ter uma Governança – Responsável e uma Governança - Publicidade incluindo uma sociedade para processo decisório.

O fato Governança - Competitiva demonstrou um apresentou um valor 0,001 de significância em relação a variável dependente Desenvolvimento Sustentável, por sua vez corroboram alguns autores corroboram descrevendo que a adoção de uma Governança competitiva, adotam de práticas de sustentabilidade corporativa podem trazer benefícios para os negócios públicos e privados ajudam criar um diferencial competitivo e contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma determinada região.

Consequentemente Governança – Participativa apresentou um 0,001 de significância em relação em relação a variável dependente Desenvolvimento Sustentável. Portanto com esse resultado pode se afirmar que para haver um Desenvolvimento Sustentável é necessário ter uma Governança Participativa forte, tendo *stakeholders* inteiramente envolvidos nos ambientes públicos fazendo com que sua região seja altamente sustentável, trazendo bem-estar adequado sem diminuir as perspectivas desenvolvimento das gerações futuras a (MILHOMEM E KAMIMURA, 2011; ALMEIDA et al. 2015).

Como forma de contribuir para o fortalecimento da governança e do desenvolvimento local, o presente estudo elenca algumas recomendações que visam melhorar esses fatores:

- Incentivar a participação nas políticas e orçamentos e municipais, por exemplo, através dos planos estratégicos municipais, fortalecimento das políticas públicas já existentes na região, formulação de novas políticas públicas.
- Ofertar capacitações para os secretários e conselheiros, com propósito de aumentar a expertise dos mesmos, para que suas ações sejam incisivas e consigam compreender o que realmente sociedade necessita e onde está inserida.
- Conscientizar da necessidade de inclusão de diversos nichos na tomada de decisão política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Governança, *Stakeholders* e de Desenvolvimento Local, onde se destacam diversos autores que tem ligação com o tema de administração pública e com as ações positivas. No entanto, a relação da Governança de *Stakeholders* no Desenvolvimento Local é raramente testada empiricamente. Vale ressaltar que este trabalho teve como objetivo geral a análise da relação entre governança de *stakeholder* e do desenvolvimento local nos municípios do Rio Grande do Sul, a partir das diferentes *stakeholders* presentes nos ambientes de testes, sendo assim, quatro objetivos específicos foram obtidos: a) levantar os indicadores de Governança de *stakeholders*; b) levantar os indicadores de desenvolvimento local; c) identificar as principais dimensões da governança de *stakeholder* e de desenvolvimento local; d) analisar o efeito das dimensões de governança de *stakeholders* no desenvolvimento local

Em relação ao primeiro objetivo, abordou-se o levantamento dos indicadores de Governança, com a finalidade de evidenciar os principais indicadores estudados por diversos autores clássicos e contemporâneo. Desta forma a governança é projetada para ajudar a resolver problemas públicos e deve buscar estabelecer mecanismo de avaliação ou criar indicadores para ajudar instituições e assim atender às necessidades da sociedade

O segundo objetivo abordado, foi o levantamento dos indicadores de Desenvolvimento Local, com o propósito de mensurar e identificar os mecanismos e indicadores que caracterizassem o Desenvolvimento de acordo com as bibliografias presente na academia. Alguns descrevem indicadores que podem ser apropriados para mensurar o desenvolvimento dentro uma instituição. Sendo assim, Martins, et al. (2010), argumentam que o desenvolvimento local é incorporado a diferentes dimensões de cidadania, tendo diferentes indicadores para criar promoções de interação entre os cidadãos, restaurando a autonomia na gestão da coisa pública (MARTNS, et al. 2010).

Respondendo ao terceiro objetivo que é a identificação dos *Stakeholders*, foi realizado uma estatística descritiva com os dados demográficos, portanto podemos notar que os 45,8% dos respondentes são do gênero masculino, estando representado pela sociedade civil com 49,3% das respostas. Sendo assim, podemos presumir que nestes ambientes ainda é predominante indivíduos do sexo masculino, porém algumas literaturas expressam que embora exista ainda uma presença marcante do sexo masculino nos cargos mais altos da política e da administração pública, as mulheres estão cada vez mais participativas, dando

um ar de equidade entre homens e mulheres dentro dos órgãos públicos (DE OLIVEIRA,2019).

Considerando o último objetivo específico, aplicou-se as técnicas de fatorial e regressão com a finalidade de responder ao problema central desta pesquisa: qual a relação entre governança de *stakeholder* e desenvolvimento local nos municípios do Rio do Grande do Sul? Assim, analisando os fatores que surgiram da Governança e do Desenvolvimento Local, concluiu-se que os fatores de governança mais importantes para os *stakeholders*, são os de responsabilidade, publicidade e participação, para haver um desenvolvimento satisfatório.

Vale ressaltar que esses referentes a publicidade, a responsabilidade e a participação são consequências lógicas da governança e da boa gestão pública. Esta publicidade como um ato mínimo de administração para disponibilizar todos os dados sem limitar a divulgação à comunidade para que eles possam obtê-la se assim o desejarem; e a responsabilidade positiva, como gestão que fornece leis e regras para as ações e políticas públicas sejam efetivada com excelência; e a participação dos *stakeholders* para expor suas ideias em prol da coletividade fazendo com que a governança seja mais dinâmica e agregue os vários nichos da sociedade, assim diversificando novas ideias (BLIACHERIENE, 2013).

A principal contribuição desta pesquisa foi a ampliação da temática governança pública de *stakeholders* e desenvolvimento local na literatura, levantamento dos indicadores de governança e desenvolvimento local, assim podendo criar um modelo que pode ser facilmente testado. Desta forma, a pesquisa contribui para o avanço da temática na administração pública. Uma das principais limitações desta pesquisa foi o número baixíssimo relacionado a Governança e Desenvolvimento local e seus respectivos indicadores, foi o número baixo de respondentes uma vez que esta pesquisa foi realizada numa época pandêmica por conta disso dificultou a abordagens dos atores para a pesquisa, outra limitação relevante nesta pesquisa foi dificuldade de encontrar os contatos dos conselheiros dos COREDEs, por conta disso de demandou um tempo maior para encontrar seus e-mails.

Do ponto de vista institucional, a pesquisa ajudará a administração pública a criar estratégias para inserção de novas políticas, desenvolvimento e inclusão da sociedade nas tomadas de decisões. Fica como sugestão para pesquisas futuras, ampliar a amostra de respondentes, aplicar em outros modelos de governança, assim como COREDE, aplicar outras análises.

6 REFERÊNCIAS

AALTONEN K, Kujala J, Lehtonen P, et al. (2010) **Uma perspectiva de rede de partes interessadas sobre eventos inesperados e sua gestão em projetos internacionais**. *Jornal Internacional de Gerenciamento de Projetos em Negócios* 3 (4): 564–588. Agranoff R e McGuire

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente**. 1997.

AGUIAR, Bernardo, Walter Correia, and Fábio Campos. "Uso da escala likert na análise de jogos." *Salvador: SBC-Proceedings of SBGames Anais* 7 (2011): 2.

AGUILERA, R. V., & Cuervo-Cazurra, A. (2004). Codes of good governance worldwide: what is the trigger? *Organization Studies*, 25, 415-443. DOI: 10.1177/0170840604040669.

AGUILERA, R. V., Desender, K., Bednar, M. K., & Lee, J. H. (2015). Connecting the Dots – bringing external corporate governance into the corporate governance puzzle. *The Academy of Management Annals*, 9(1), 483-573. DOI: <https://doi.org/10.1080/19416520.2015.1024503>

ALBUQUERQUE FILHO, Antonio Rodrigues. Efeito da competitividade e da governança corporativa no nível de intangibilidade das companhias familiares. *Navus-Revista de Gestão e Tecnologia*, v. 9, n. 3, p. 143-155, 2019.

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Tradução: Braga, A. R. P. Fortaleza: BNB,1998

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. **Coredes e Comudes: uma nova experiência de planejamento do desenvolvimento local/regional no Rio Grande do Sul, Brasil?**. 2006.

ALVES SIMIONE, Albino; BECK CKAGNAZAROFF, Ivan. Governança Participativa em Moçambique: Dinâmicas do Envolvimento dos Cidadãos na Gestão Municipal em Xai-Xai. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 1, 2017.

ALVES, Mario Aquino; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, p. 20-29, 2004.

ALMEIDA S. L. O.; IBDAIWI, T. K. R.; ALMEIDA, D. M.; LOPES, L. F. D.; COSTA, V. M. F. Processo de coleta seletiva de resíduos sólidos: um estudo de caso de sustentabilidade na cidade de Santa Maria/RS. **Holos**, v. 3, n. 31, p. 148-165, 2015. DOI: .

AMÂNCIO-Vieira, Saulo Fabiano, et al. "Aplicação de um modelo para a análise de *stakeholders*: o caso da Secretaria de Turismo do Paraná." **Administração Pública e Gestão Social** 11.2 (2019).

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23 , jun 2001.

ANSELL, Chris; GASH, Alison. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of public administration research and theory**, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2008.

ARAÚJO, J. F. F. E. & Silvestre, H. C. (2014). As parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária: experiência recente em Portugal. *Revista de Administração Pública* 48(3), 571-593. doi: 10.1590/0034-76121606.B **Desarrollo Regional. Santafé de Bogotá, Colombia: Esap, 1993.**

ÁVILA, V. F. **Formação Educacional em Desenvolvimento Local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande, UCDB, 2000.

Bakker, A. B. (2015). A Job Demands–Resources approach to public service motivation. *Public Administration Review*, 75(5), 723-732.

BARBOSA, Cícero Rodrigues; FARIA, FERNANDO DE ABREU. Governança no setor público: um estudo na administração direta estadual. **Revista de Administração FACES Journal, 2018.**

BARCELOS, Enio Marcos Babireski et al. Relationship Between an Organization Evaluated as Being Socially Responsible and the Satisfaction, Trust and Loyalty of its Clients. **Australian Journal of Basic and Applied Sciences**, v. 9, n. 7, p. 429-438, 2015.

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização. Tradução: BEVIR, Mark. Governance as theory, practice and dilemma. In: BEVIR, M. (Ed.). *The sage handbook of governance*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2011.

_____. Governança democrática: uma genealogia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-14, jun. 2011.

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. A governança pública como antigovernança. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 194, p. 122-134, 2017.

BINGHAM, Lisa Blomgren. 2008. Legal frameworks for collaboration in governance and public management. In *Big ideas in collaborative public management*, eds. L. B. Bingham and R. O'Leary, 247–69. **Armonk, NY: M.E. Sharpe.**

BIZERRA, Andre Luiz Villagelim; ALVES, Francisco José dos Santos; RIBEIRO, Cíntia de Melo de Albuquerque. Governança pública: uma proposta de conteúdo mínimo para os relatórios de gestão das entidades governamentais. **Encontro de Administração Pública e Governo – ENAPG, Salvador, Bahia, 18 a 20 de novembro de 2012.** Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/Em_APG/enapg_2012/2012_EnAPG495.pdf Acesso em 10 de agosto de 2021.

BLIACHERIENE, Ana Carla; RIBEIRO, Renato Jorge Brown; FUNARI, Marcos Hime. Governança pública, eficiência e transparência na administração pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte**, v. 12, n. 133, 2013.

BOGONI, N.; HEIN, N.; BEUREN, I. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 159-79, jan./fev. 2012.

BORGES, C. M. *Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas: análise de viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto*. 2007. **Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2007.**

BOVAIRD, T., & Löffler, E. (2003). Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, 69(3), 375–394.

BRESSER PEREIRA, L. C. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. **São Paulo: Editora 34, 1998.**

BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma nova gestão para um novo Estado: liberal, social e republicano. *Revista do Serviço Público*, [S.l.], v. 52, n. 1, p. 5-24, 2001.

BRYSON, John M., Barbara C. Crosby, and Melissa Middleton Stone. 2006. The design and implementation of cross-sector collaborations: Propositions from the literature. *Public Administration Review* 66:44–55.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: **Editora Garamond, 2004.**

BUENO, Giovana et al. Mecanismos Externos de Governança Corporativa no Brasil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 21, n. 1, p. 120-141, 2018.

BUTTENBENDER, Pedro Luís; SIEDENBERG, Dieter Rugar; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. *Desenvolvimento Regional em debate: DRd*, v. 1, n. 1, p. 81-106, 2011.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de Pequenas e Medias Empresas e Desenvolvimento Local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.

CASHORE, Benjamin. Legitimacy and the privatization of environmental governance: How non-state market-driven (NSMD) governance systems gain rule-making authority. *Governance*, v. 15, n. 4, p. 503-529, 2002.

CAVA, Wilson. *Ética na Administração Pública: alguns apontamentos*. 2018.

CHALLIES, Edward et al. Governance change and governance learning in Europe: *Stakeholder* participation in environmental policy implementation. **Policy and Society**, v. 36, n. 2, p. 288-303, 2017.

CLAEH en la construcción de alianzas para el desarrollo local. Analisis de tres experiencias. **Conferencia en Asamblea General de ALOP. Antigua Guatemala, Guatemala. 9 de mayo de 2002.**

CHEN, G., & Crossland, C. (2014). Can you believe it? Managerial discretion and financial analysts? Responses to management earnings forecasts. In *Finance and Strategy* (pp. 103-143). Emerald Group Publishing Limited. DOI: 10.1108/S0742-332220140000031003.

científicas nacionais e internacionais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 15, n. 36, p. 77-96, 2018.

CIRIBELLI, M. C.. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Marilda Ciribelli Corrêa, Rio de Janeiro: 7 Letras, p.06, 2003

CROSBY, Barbara C., and JOHN M. BRYSON. 2005. Leadership for the common good: Tackling public problems in a shared-power world. **San Francisco, CA: Jossey Bass.**

CRUZ, N. F.; MARQUES, R. C. Revisiting the determinants of local government performance. *Omega*, v. 44, p. 91-103, abr. 2014. **DYSON, R. G. et al. Pitfal**

DA UNIÃO, TCU Tribunal de Contas. Referencial básico de governança. **Brasília: TCU, 2014.**

DAVIS, G.; WOOD, T. Is there a future for contracting in the Australian Public Sector. **Australian Journal of Public Administration**, 57(4), P.8597, 1998.

DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Romero; STORI, Norberto. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental nas forças armadas: um estudo na marinha do Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 20030-20047, 2019.

DIAS, Terezinha Aparecida Borges et al. Redução das desigualdades: contribuições da Embrapa. **Área de Informação da Sede-Livro científico (ALICE)**, 2018.

DIAS, V. T. Gestão Social e Terceiro Setor: contribuições críticas a partir da noção de Estado em Gramsci. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL*, 2014, **Anais... Cachoeira, RGS: ENAPEGS, 2014.**

DIMA, Alina Mihaela et al. The relationship between the knowledge economy and global competitiveness in the European Union. **Sustainability**, v. 10, n. 6, p. 1706, 2018.

DINIZ, Eli. Crise, reforma do Estado e governabilidade. Rio de Janeiro: **FGV,1997.**

DOS SANTOS AMARAL, Cacilda Mendes; DA CUNHA BASTOS, Flávia; CARVALHO, Marly Monteiro. Mapeamento de *stakeholders* em projetos de eventos esportivos: estudo de caso. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 7, n. 1, p. 22-45, 2018.

EMERSON, Kirk; NABATCHI, Tina; BALOGH, Stephen. An integrative framework for collaborative governance. **Journal of public administration research and theory**, v. 22, n. 1, p. 1-29, 2012.

FARAZAMAND, Ali. 2007. Learning from the Katrina crisis: A global and international perspective with implications for future crisis management. **Public Administration Review** 67:149–59

FERRÃO, João. Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e planeamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador - BA: Casa da Qualidade, 2002

FONSECA, Igor Ferraz da; AVELINO, Daniel Pitangueira de. Governança participativa: a necessidade de ir além do discurso. 2018.

FREEMAN, R. E.. The politics of stakeholder theory: Some future directions. **Business Ethics Quarterly**, v.4, p.409-421, 1994.

FREEMAN, R. E.; HARRISON, J.. *Stakeholder Theory: The State of The Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GARCIA SANTOS, Nelson Afonso. ABORDAGEM COMPARATIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL BRASILEIRO E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL CUBANO: UMA INTRODUÇÃO. **X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GODENHJELM, Sebastian; JOHANSON, Jan-Erik. The effect of *stakeholder* inclusion on public sector project innovation. **International Review of Administrative Sciences**, v. 84, n. 1, p. 42-62, 2018.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.

GUERREIRO, E. P.; MONTEIRO, E. S.; NANNI, H. C. Desenvolvimento Sustentável e Governança Participativa: Arranjo Produtivo Local e Parque Tecnológico de Santos. In: GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 2, p. 357-378, 2013.

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2009

HITT, M. A.; Ireland, R. D.; Hoskisson, R. E. *Strategic management cases: competitiveness and globalization*. **Cengage Learning**, 2012.

IBANHES, Lauro Cesar et al. Governança e regulação na saúde: desafios para a gestão na Região Metropolitana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 3, p. 575-584, 2007.

IFAC. International Federation of Accountants. *Comparison of principles*, 2013b. Acessado: 25 de fevereiro de 2021 Disponível em: <http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/Comparison-of-Principles.pdf>

IMPERIAL, Mark T. Usando a colaboração como estratégia de governança: Lições de seis programas de gestão de bacias hidrográficas. **Administração e Sociedade** , v. 37, n. 3, pág. 281-320, 2005.

INTERNATIONAL WORKSHOP ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION, 2, São Paulo. Anais. São Paulo. Disponível em <http://www.advancesincleanerproduction.net.pdf>. Acessado em 18 de dezembro de 2021.

JOYAL, André. Le développement local. **Comment stimuler l'économie des régions en difficulté. Québec: Éditions de l'IQRC**, 2002.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. Governance matters V: aggregate and individual governance indicators for 1996-2005. Washington: World Bank, 2006. (**World Bank Policy Research Working Paper, n. 4012**).

KETTL, Donald F. 2002. The transformation of governance: Public administration for twenty-first century America. Baltimore, MD: **Johns Hopkins University Press**.

KICKERT, Walter. J. M. Public governance in the Netherlands: in the alternative to anglo-american “managerialism”. **Public Administration**, [S. l.], v. 75, n. 1, p.731-752, 1997.

KISSLER, L., & Heidemann, FRANCISCO G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Rev. Adm. Publica**, **40(3)**, **479-499**, maio/jun.

KOOIMAN, J. Governing as Governance. **Londres: Sage**, 2003.

LILLEKER, Darren G .; KOC-MICHALSKA, Karolina. O que impulsiona a participação política? Motivações e mobilização na era digital. **Comunicação Política** , v. **34**, n. **1**,pág. **21-43**, 2017.

LIMA, Camila Klamerick. Controle externo como ferramenta de governança pública. 2017.

LOBATO, David Menezes. Estratégia de empresas. **Editora FGV, 2015.**

LYNN JR., L. E. Democracy's "unforgivable sin". *Administration and Society*, v. 34, p. 447-454, 2002._____. The persistence of hierarchy. *In: BEVIR, M. (Ed.). The Sage Handbook of Governance. Newcastle upon Tyne: Sage, 2010.*

LYNN JUNIOR, L. E.; MALINOWSKA, A. How are Patterns of Public Governance Changing in the US and the EU? It's Complicated. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 20, n. 1, p. 36-55, 2018. M (2003)

Gestão Pública Colaborativa. Washington DC: MADHANI, P. M. (2014). Corporate Governance and Disclosure: Public Sector vs Private Sector. **SCMS Journal of Indian Management**, 11(1), 5-20, mar.

MAESTRE-ANDRES, Sara; CALVET-MIR, Laura; APOSTOLOPOULOU, Evangelia. Unravelling *stakeholder* participation under conditions of neoliberal biodiversity governance in Catalonia, Spain. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 36, n. 7, p. 1299-1318, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Rafael D.'Almeida; VAZ, José Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. A gestão do desenvolvimento local no Brasil:(des) articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de administração pública**, v. 44, n. 3, p. 559-590, 2010.

MARTINS, Vinicius A. et al. Teoria de Agência Aplicada no Setor Público. **REVISTA ESPACIOS**, v. 37, n. 35, p. 16373501-16373530, 2016.

MARTINS, Vinicius Abilio, Jair Jeremias Junior, and Luis Fernando Enciso. "Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico." **RGC-Revista de Governança Corporativa** 5.1 (2018).

Massey, A.; Johnston-Miller, K. Governance: public governance to social innovaton? *Policy & Politics*, v. 44, n. 4, p. 663-675, out. 2016.

MATEI, Ani; DRUMASU, Ciprian. Corporate Governance and public sector entities. *Procedia Economics and Finance*, v. 26, p. 495-504, 2015.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. **Revista de Administração Pública-RAP**, Rio de Janeiro, v.1, n.42, p.61-82, jan./fev. 2008. *_. Governança no setor público*. São Paulo. Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. **Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo**, v. 12, n. 2, p. 117, 2005.

MELLO, Natália Nóbrega de. A teoria do desenvolvimento político e a questão da ordem e da estabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 139-152, 2011.

MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI**, p. 266-291, 2002.

MILHOMEM, C. M.; KAMIMURA, Q. P. A administração pública municipal voltada para o desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 11., 2011. Anais... Universidade do Vale do Paraíba, 2011. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0301_0235_01.pdf>

NABATCHI, Tina; AMSLER, Lisa Blomgren. Direct public involvement in local government. *The American Review of Public Administration*, v. 44, n. 4_supl, p. 63S-88S, 2014.

Nacionais e internacionais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 15, n. 36, p. 77-96, 2018.

NARDONE, José Paulo. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. *Cadernos*, v. 1, n. 3, p. 33-38, 2019.

NDAGUBA, Emeka Austin; HANYANE, Barry. Modelo de partes interessadas para o desenvolvimento econômico da comunidade na redução da pobreza nos municípios da África do Sul. **Journal of Public Affairs** , v. 19, n. 1, pág. e1858, 2019.

NEL, E. Local economic development : **a review and assessment of its current status in South Africa**. *Urban Studies*, v. 38, n. 7, p. 1003-24, 2001.

NETO, José Maria Franco Teixeira. Uma revisão da Teoria dos *Stakeholders* e principais pontos de controvérsias. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 10, n. 2, p. 1-16, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Amorim de. O desenvolvimento político concebido a partir dos conceitos de governança política, capital político e autogoverno: análise dos impactos da atuação do Sebrae no desenvolvimento político goiano de 2004 a 2011. 2011.

OLIVEIRA PASCOAL CORREIO, Márcia Néa; VIEIRA DE OLIVEIRA CORREIO, Oderlene. **Práticas de Governança Pública Adotadas pela Administração Pública Federal Brasileira**. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, Amílcar; OLIVEIRA, Teresa. *Elementos de estatística descritiva*. 2011.

OLIVEIRA, Ana Lorena Lobo et al. **Boas práticas na Administração Pública: uma análise do modelo de gestão da EBSERH à luz do modelo de governança pública**. 2020.

OSBORNE, S. P. (2009). *The New Public Governance?: Emerging Perspectives on the Theory and Practice of Public Governance Paperback*. **Routledge, New York and London**.

OSBORNE, S. P. The new public governance? **Public Management Review**, n. 8, v. 3, p 377–387, Fev. 2007.

OSTROM, Elinor. 1990. *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: **Cambridge Univ. Press**.

PALUDO, Augustinho. *Administração Pública*. 3.^a ed. **Rio de Janeiro: Elsevier, 2013**.

PALVARINI, Bruno. *Guia referencial de mensuração do desempenho na administração pública*. 2010.

PEIXE, Blênio Cezar Severo; DA ROSA FILHO, Celso; DE ABREU PASSOS, Gabriela. *Governança pública e accountability: Uma análise bibliométrica das publicações científicas*

PERES, U. Custos de transação e estrutura de governança no setor público. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 9, n. 24, p. 15-30, maio/ago. 2007

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J.N. **Análise de dados para ciências sociais: complementaridade do SPSS**. Lisboa: Silabo, 2003.

PETERS, B. G. Governance as political theory. *In: YU, J.; GUO, S. (Eds.). Civil society and governance in China*. **New York: Palgrave Macmillan, 2012**.

PIERRE, J.; PETERS, B. G. *Governance, Politics and the State*. Houndmills: MacMillan Press, 2000.

PINTO, Tainá Rodrigues Gomide Souza et al. Governança Participativa: possibilidades e desafios na gestão local. **Interações (Campo Grande)**, p. 627-641, 2018.

PIRES, Roberto; GOMIDE, Alexandre. Variações setoriais em arranjos de implementação de programas federais. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 66, n. 2, p. 195-226, abr./jun. 2015.

PISA, B. J. Uma proposta para o desenvolvimento do índice de avaliação da governança pública (IGovP): instrumento de planejamento e desenvolvimento do estado. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – **Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba**, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/818/1/CT_PPGPGP_M_Pisa%2c%20Beatriz%20Jackiu_2014.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de. 2021.

RAQUEL, Isabela. *Governança Pública: A consolidação de uma Matriz com Atributos que Caracterizam o Tema, na Perspectiva de Especialistas*. Florianópolis: **Universidade Federal de Santa Catarina**, 2012. 175 p. **Dissertação (Mestrado em Administração)**.

RAUEN, Fábio José. Pesquisa científica: discutindo a questão das variáveis. Publicado nos **Anais do IV Simpósio sobre Formação de Professores–SIMFOP da Universidade do Sul de Santa Catarina, Campus de Tubarão**, de, v. 7, p. 1-14, 2012.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE.BR**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 116-138, 2011.

REOLON ANÉSE, Rogério Luis; HEDLUND, Ezequiel Henrique; RODRIEGUES, Oziel. Políticas Públicas municipais de desenvolvimento industrial na região do Vale do Jaguari/RS. **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2019.

RHODES, R. A. W. *Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability*. 7 ed. **Maidenhead: Open University Press**, 2010.

Ricardo Brinco. **Fundação de Economia e Estatística**, 2001

RODHES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, London, v.44, n.4, p.652-657, 1996.

RONCONI, Luciana Francisca de Abreu. *A Secretaria Nacional de Economia Solidária: Uma experiência de Governança Pública. (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. 279 p.*

ROTHGIESSER, T. L. *Sociedade Civil. A sociedade civil brasileira e o terceiro setor. São Paulo, 2004.*

SABIONI, Marjorie; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; REIS, Anderson de Oliveira. Racionalidades na motivação para a participação cidadã no controle social: uma experiência local brasileira. **Cadernos EBAPE. BR, v. 16, n. 1, p. 81-100, 2018.**

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), 1993*

SARTURI, Greici, et al. "Relação entre Saliência de *Stakeholders* e Desempenho Financeiro." **Revista Contabilidade, Gestão e Governança 21.2 (2018): 214-230.**

SCOLFORO, R. F. *Lei de acesso à informação e governança pública no município de Lavras: fatores favoráveis e limitantes. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2013.*

SECCHI, L. *Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública - RAP, Rio de Janeiro, v.43, n.2, p.347-69, mar./abr. 2009.*

SENN, C. O.; VEIGA, C. P.; BENDLIN, L. ; EVERS NETO, E. ; KUDLAWICZ, C. ;
DUCLÓS, L. C. Uma contribuição para a celeuma sobre a cientificidade da administração. **Espacios, v. 36, p. 24, 2015**

SICILIA, Maria francesca et al. *Gestão e coprodução de serviços públicos em ambientes de governança multinível. Revista Internacional de Ciências Administrativas , v. 82, n. 1, pág. 27/08/2016.*

SILVA, Edson Rosa Gomes da et al. *Arquitetura de conhecimento para e-participação: superando o problema da agência com a engenharia do conhecimento. 2016.*

SJÖSTRÖM, E. (2008). Shareholder activism for corporate social responsibility: What do we know? *Sustainable Development*, 16(3), 141-154. DOI: 10.1002/sd.361.

SLOMSKI, V.; MELLO, G. R.; TAVARES FILHO, F.; MACÊDO, F. Q. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. **São Paulo: Atlas, 2008.**

SÓ, Bassiro. Análise dos *stakeholders* de programas e projetos públicos de desenvolvimento socioeconômico: o caso da Guiné-Bissau. 2018. **Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.**

SOLARI DE SOUZA PEREIRA, JUNIOR et al. GOVERNANÇA RESPONSÁVEL E AS BOA PRÁTICAS DE COMPLIANCE: QUAL O ESTADO D'ARTE NO CASO BRASILEIRO?. **REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, v. 8, n. 1, p. 173-184, 2020.

SOUZA, Rogério Oliveira de et al. Índice de governança pública municipal-IGovM: instrumento de gestão societal. 2018. **Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.**

TAVARES, Liliane da Rocha Alves. "**Governança democrática como estratégia de desenvolvimento local no Município de Monteiro-Paraíba.**" (2019).

TAVARES, Paulino Varela; ROMÃO, Ana Lúcia. Transparência, Accountability e Corrupção: Uma Percepção Qualitativa da Governança Pública no Brasil e na África do Sul. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 23596-23633, 2021.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo CORRÊA. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019.

TRIBUNAL, DE CONTAS DA UNIÃO. Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. **Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.**

WICKS, ANDREW C.; ELMORE, F. A.; JONAS, DAVID. Connecting *stakeholder* theory to the law and public policy. **Cambridge handbook of stakeholder theory**, p. 97-116, 2019.

ZABATA, T.; PARENTE, S.; ARNS, P. C.; JORDAN, A.; OSÓRIO, C. Desenvolvimento Local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (org). **Desenvolvimento Local: Dinâmica e Estratégias. Rede DLIS: 2001.**

ANEXO I - ANÁLISES DOS ESPECIALISTAS

(1) *Discordo totalmente*; (2) *Discordo* ;(3) *Não concordo nem discordo*;(4) *Concordo*; (5) *Concordo Totalmente*.

GOVERNANÇA PÚBLICA

Legalidade “ <i>Que está de acordo com o direito; que se encontra em conformidade com a lei</i> ”		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
1- Nas decisões tomadas pelo COREDE, as razões pessoais não prevalecem sobre o interesse público.	4	
2- Nas reuniões que eu participo, as interferências ideológicas e políticas prevalecem sobre a vontade coletiva	4	
3- As ações propostas pelo COREDE ajudam na redução das práticas ilícitas.	3	Poderia por: Nas ações e reuniões do COREDE são tratadas as questões das práticas ilícitas e ilegalidades
4- O COREDE fiscaliza regularmente as repartições públicas.	1	O Corede não tem esse papel
5- Todas as ações desempenhadas pelo COREDE estão em conformidade com a legislação.	4	

Equidade “ <i>Esse princípio tem a função de garantir certas condições para que todos atinjam seus direitos civis</i> ”		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
5- Os recursos são distribuídos igualmente para os municípios.	3	Os recursos geralmente são distribuídos pelo tamanho da população e área. Poderia colocar: Existem critérios objetivos para a distribuição dos recursos entre os municípios
6- O COREDE atende as reivindicações da zona rural do município.	4	
7- As decisões do COREDE atendem a todos os cidadãos.		
8- As ações do COREDE relacionadas ao emprego e	4	

renda favorecem os cidadãos que estão na linha da pobreza		
---	--	--

Responsabilidade ” Esse princípio está ligado aos compromissos que gestores/administradores devem ter pela sustentabilidade das organizações”		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
9- As ações do COREDE levam em consideração o orçamento.	4	
10- As pautas discutidas estão de acordo com as necessidades que existem na região.	4	
11- Os assuntos tratados no COREDE são compreendidos por todos os integrantes.	4	
12- Os projetos do COREDE são efetivos e atendem o maior número de pessoas possível.	4	

Eficiência “Realizar as atividades que precisa com qualidade adequada e com baixo custo”		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
13- O COREDE aplica os recursos sem desperdícios.	4	
14- O COREDE cumpre efetivamente as pautas relevantes para região.	4	
15- As ações do COREDE impactam em todas áreas (social, econômica política) da minha cidade.	4	
16- Os recursos são destinados corretamente.	4	

Probidade “Está relacionado ao dever do servidor público de ser honesto e zelar pelas regras e procedimentos dos órgãos”		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
17- Os membros do COREDE não são influenciados por	4	

outros atores para as tomadas de decisão.		
18- Os membros conhecem as pautas que o COREDE defende.	4	
19- Todos os membros do COREDE passam confiança para fazer parte do processo decisório.	4	
20- Todos os membros zelam e valorizam o bem público dentro do COREDE	4	
21- Os membros do COREDE são honestos.	4	

Transparência “*Possibilita acesso a todas as informações das organizações públicas*”

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
21- O COREDE divulga os resultados regularmente.	4	
22- O COREDE divulga suas ações em locais visíveis (sites, <i>Facebook</i> , jornal ...)	4	
23- Tenho acesso a todas informações do COREDE.	4	
24- As informações disponibilizadas pelo COREDE são de fácil compreensão.	4	

Accountability “*Refere-se à obrigação que as organizações públicas têm de prestação de contas sobre bens e recursos por elas utilizado*”

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
25- A prestação de contas do COREDE é apresentada regularmente.	4	
26- A prestação de contas do COREDE é facilmente entendida por todos.	4	
27- O COREDE apresenta suas ações e seus principais resultados para os cidadãos.	4	

A agenda de igualdade e inclusão social (gênero, etnia, idade, religião) “*buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e emponderar as minorias em todos os aspectos*”

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
28- O COREDE leva em consideração as pautas LGBTQ+	4	
29- O COREDE contribui para inclusão dos povos indígenas no processo decisório.	4	
30- O COREDE tem ações para inclusão de mulheres no processo de tomada de decisão.	4	
31- O COREDE leva em consideração as pautas das organizações religiosas.	4	
32- O COREDE tem ações para inserção de pessoas com deficiência no setor público.	4	

Comportamento ético e honesto “Comportamento ético é uma consciência moral, atribuída a boa conduta e procedimentos individuais”

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
32- As decisões levam em consideração o compromisso ético.	4	
33- Os membros do COREDE são éticos.	4	
34- Os servidores atuam com valores morais e éticos para a efetivação das ações.	3	O COREDE não tem servidores, geralmente um secretário/secretária. Os membros são todos representantes do poder público e sociedade civil

Capacidade de competir em um ambiente global “*Refere-se a capacidade das organizações pública/privadas entrarem no mercado econômico com o propósito de trazer novas estratégias e inovações para ambiente o organizacional*”

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
------------------	------------------------------	-----------------

35- As estratégias de inovação do COREDE são executadas plenamente.	4	
36- O COREDE contribui para inovação dos municípios.	3	Ou para criar um entorno inovador
37- As ações do COREDE ajudam as empresas da região a se tornarem mais competitivas.	4	
38- O COREDE contribui para a internacionalização da região.	4	

Participação Cidadã “*É direito que todos os cidadãos tem de dividir com o poder público suas ideias, para definir novas políticas públicas*”

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
39- Gosto das pautas discutidas nas reuniões do COREDE.	4	
40- Minha opinião dos cidadãos é levada em consideração no processo decisório do COREDE.	4	
41- O COREDE recebe muitas reivindicações da população.	4	
42- Eu consigo contribuir com as pautas discutidas no COREDE.	4	
43- O COREDE tem ações para incluir os cidadãos no processo decisório.	4	
As parcerias público-privadas são necessárias para efetivação das ações proposta pelo COREDE.	4	

Capacidade de trabalhar em parceria “*refere-se a capacidade do COREDE de criar e trabalhar parcerias com o setor público e privado*”.

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
44- O COREDE trabalha em parceria com as empresas locais.	4	
45- O COREDE desenvolve parcerias importantes para a região.	4	

46- As parcerias firmadas pelo COREDE atendem as necessidades dos cidadãos.	4	
47- As parcerias firmadas pelo COREDE demonstram eficácia em suas ações.	4	

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Econômica “Esta dimensão está relacionada a criação, acúmulo e distribuição de riquezas.”)		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
48- O COREDE faz a integração entre as empresas locais.	4	
49- As ações do COREDE trazem recursos financeiros para a região.	4	
50- As ações COREDE contribuem para o aumento do PIB. (riqueza da região).	4	
51- As ações do COREDE fortalecem as cadeias produtivas da região.	4	

Social “Relaciona-se com a qualidade vida, equidade e a união social, criando um espaço para a participação dos cidadãos”.		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
52- As ações do COREDE melhoram a qualidade vida dos cidadãos.	4	
53- Programas e projetos do COREDE contribuem para melhorar a realidade local.	4	
54- As ações do COREDE contribuem para inserção de jovens no mercado de trabalho.	4	
55- As ações do COREDE possibilitam o aumento da renda familiar da população.	4	

Ambiental “Refere-se a relação que a sociedade tem com seus recursos naturais”.		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão


56- As ações do COREDE ajudam o meio ambiente.	4	
57- O COREDE tem ações para preservação do meio ambiente.	4	
58- O COREDE contribui para a recuperação do meio ambiente.	4	
59- Os projetos do COREDE potencializam os recursos naturais existentes na região.	4	

Político-Institucional “*Refere-se às adequações das regras políticas e mudanças sociais que tem propósito de garantir uma representação local*”.

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
60- Todos os setores da sociedade estão representados no COREDE	4	
61- O COREDE viabiliza a interação partidária dentro do município.	4	
62- As ações do COREDE interferem positivamente nas novas leis municipais.	4	
63- As políticas institucionais do COREDE possibilitam criação de um espaço democrático, deliberativo e consultivo.	4	

Stakeholders “*Os stakeholders são atores ou grupos de atores que podem afetar ou serem afetados pela organização.*”

Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
65- O COREDE recebe muita pressão de atores externos, como setor público; terceiro setor; empresas locais; sociedade civil, entre outros.	4	
66- Os atores externos ajudam o COREDE nas suas ações	4	
67- Todos os atores participam ativamente das decisões do COREDE	4	



PPGAP | UFSM
Programa de Pós-Graduação
em Administração Pública

A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a influência da governança de stakeholders na percepção de desenvolvimento local dos municípios do Rio Grande do Sul. A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado que estou desenvolvendo e os dados coletados serão utilizados apenas para fins acadêmicos.
Destaco que o sigilo das suas respostas está assegurado, pois **NENHUM RESPONDENTE PODERÁ OU SERÁ IDENTIFICADO**.
Além disso, não há respostas certas ou erradas; apenas gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre as afirmações do questionário.
O tempo estimado de resposta é de 15 minutos.
Se você tiver qualquer dúvida sobre o questionário, fique à vontade para entrar em contato pelo e-mail: ozielrodriguesdefreitas@gmail.com.

Desde já agradeço a sua disponibilidade de responder este questionário.

Atenciosamente,

Acadêmico: Oziel Rodrigues de Freitas
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria.

Professora orientadora: Profa. Dra. Greici Sartun
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria.

Dados Demográficos do entrevistado		
Questões.	Avaliação da questão:	Sugestão
Sexo		
Idade		
Escolaridade		
Órgão de representativo		
Tempo de participação no COREDE		
Profissão		

ANEXO II – QUESTIONÁRIO NO GOOGLE FORMS

As ações do COREDE fortalecem as cadeias produtivas da região. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Social

Relaciona-se com a qualidade vida, equidade e a união social, oriundo um espaço para que a participação dos cidadãos

As ações do COREDE melhoram a qualidade vida dos cidadãos. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Programas e projetos do COREDE contribuem para melhorar a realidade local. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

As ações do COREDE contribuem para inserção de jovens no mercado de trabalho. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)

Desenvolvimento Local e Stakeholders

Econômica

esta dimensão está ligada com funções e operações econômicas, estão vinculadas a criação, acumulo e distribuição de riquezas

O COREDE faz a integração entre as empresas locais. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

As ações do COREDE trazem recursos financeiros para a região. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

As ações COREDE contribuem para o aumento do PIB, (riqueza da região). *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

As ações do COREDE possibilitam o aumento da renda familiar da população. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

As ações do COREDE contribuem para redução da desigualdade social. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Ambiental

Refere-se na relação que a sociedade em si tem com seus recursos naturais, quais as potencialidades que esses recursos podem trazer para a região

As ações do COREDE ajudam o meio ambiente. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

O COREDE tem ações para prevenção do meio ambiente. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Os projetos do COREDE atendem o maior número de pessoas possível. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Eficiência

Realizar as atividades que precisa com qualidade adequada e com baixo custo.

COREDE aplica os recursos sem desperdícios. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

COREDE vem cumprindo efetivamente as pautas relevante para região. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

As ações do COREDE impactam em todas áreas (social, econômica política) da minha região. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Comportamento ético e honesto

Este tópico expressa como os agentes públicos devem agir para que a governança seja plana dentro de um determinado ambiente

- As decisões COREDE levam em consideração o compromisso ético. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os membros do COREDE são éticos *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os membros atuam com valores morais e éticos para a efetivação das ações. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Participação Cidadã

participação cidadã com nova formulação da administração se tornou um aliado para os gestores para se fazer valer a vontade da sociedade civil

Minha opinião como cidadão é levada em consideração no processo decisório do COREDE. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

O COREDE é uma organização aberta ao recebimento das reivindicações da população. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

O COREDE tem iniciativas para incluir os cidadãos no processo decisório.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

O COREDE contribui para a implementação de práticas inovadoras nas empresas e/ou indústrias da região. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Escolaridade

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Curso Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outros...

Órgão representativo

- Executivo
- Legislativo
- Sociedade Civil

Anos de participação no COREDE

Ex.: 23

Texto de resposta curta

Qual Cidade Você pertence ? *

Texto de resposta curta
